



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

LEI MUNICIPAL Nº 2.863/2015, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

Revoga por consolidação, em razão de perda de objeto, leis que modificaram lei já revogada que instituiu o código de obras, e, em razão de objeto esgotado, as leis que menciona de suplementação de créditos e de verbas, de orçamento, de crédito especial, de subvenções, de auxílios e de ajudas financeiras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Novo Hamburgo:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Esta Lei, fundamentada na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona", tem por objetivo revogar por consolidação, em razão de perda de objeto e de objeto esgotado, as leis que menciona.

Art. 2º Ficam revogadas por consolidação, em razão de perda de objeto, as leis que modificaram lei já revogada que instituiu o código de obras, enumeradas no anexo I desta Lei.

Art. 3º Ficam revogadas por consolidação, em razão de objeto esgotado, as leis de créditos e de verbas suplementares, enumeradas no anexo II desta Lei.

Art. 4º Ficam revogadas por consolidação, em razão de objeto esgotado, as leis de orçamento, de diretrizes orçamentárias e de plano plurianual, enumeradas no anexo III desta Lei.

Art. 5º Ficam revogadas por consolidação, em razão de objeto esgotado, as leis de crédito especial e/ou extraordinário, enumeradas no anexo IV desta Lei.

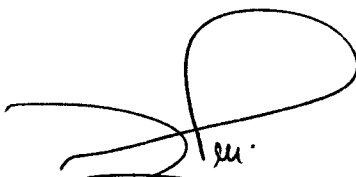
Art. 6º Ficam revogadas por consolidação, em razão de objeto esgotado, as leis de subvenções, de auxílios e de ajudas financeiras, enumeradas no anexo V desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2015.


LUIS LAUERMANN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.


RACHEL TOMASI DE MELO
Secretária Municipal de Administração



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

Anexo I

1.	Lei nº 29, de 25 de maio de 1983, que "acrescenta parágrafo ao artigo 70 da Lei nº 65/75, de 10/12/75";
2.	Lei Complementar nº 4, de 8 de fevereiro de 1984, que "altera redação do art. 146 da Lei Municipal nº 65/75, de 10 de dezembro de 1975";
3.	Lei Complementar nº 43, de 25 de maio de 1986, que "altera redação do parágrafo único do artigo 70 da Lei Municipal nº 65/75, de 10/12/75, que institui o Código de Obras do Município, acrescentado pela Lei Municipal nº 29/83, de 25/05/83";
4.	Lei Complementar nº 72, de 23 de setembro de 1987, que "altera a redação do art. 107 da Lei Municipal nº 65/75, de 10/12/75, que institui o Código de Obras";
5.	Lei Complementar nº 33, de 27 de maio de 1988, que "acrescenta parágrafos ao artigo 97 da Lei Municipal nº 65/75, de 10/12/75, que institui o Código de Obras";
6.	Lei Complementar nº 13, de 27 de abril de 1995, que "estabelece nova redação ao artigo 38 da Lei Municipal nº 65/75, de 10 de dezembro de 1975, que institui o Código de Obras do Município".



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

Anexo II

1.	Lei nº 1, de 13 de setembro de 1947, que "abre crédito suplementar";
2.	Lei nº 5, de 24 de novembro de 1947, que "abre o crédito suplementar de Cr\$ 10.000,00 e cancela uma dotação";
3.	Lei nº 25, de 28 de julho de 1948, que "suplementa verbas e cancela dotações orçamentárias";
4.	Lei nº 38, de 4 de dezembro de 1948, que "suplementa verbas orçamentárias";
5.	Lei nº 48, de 26 de julho de 1949, que "suplementa verbas e cancela dotações orçamentárias";
6.	Lei nº 51, de 27 de outubro de 1949, que "suplementa verbas orçamentárias";
7.	Lei nº 68, de 3 de agosto de 1950, que "suplementa verbas e cancela dotações orçamentárias";
8.	Lei nº 68-A, de 4 de setembro de 1950, que "abre o crédito extraordinário de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros), destinado a atender as despesas decorrentes do Serviço Eleitoral";
9.	Lei nº 76, de 30 de novembro de 1950, que "suplementa verbas orçamentárias";
10.	Lei nº 79, de 30 de dezembro de 1950, que "cancela e suplementa dotações orçamentárias";
11.	Lei nº 86, de 1º de outubro de 1951, que "suplementa verbas e cancela dotações orçamentárias";
12.	Lei nº 94, de 30 de novembro de 1951, que "suplementa verbas orçamentárias";
13.	Lei nº 18, de 12 de agosto de 1952, que "suplementa verbas e cancela dotações orçamentárias";
14.	Lei nº 24, de 28 de novembro de 1952, que "suplementa verbas orçamentárias";
15.	Lei nº 25, de 28 de novembro de 1952, que "suplementa verbas orçamentárias";
16.	Lei nº 41, de 6 de agosto de 1953, que "suplementa verbas e cancela dotações orçamentárias";
17.	Lei nº 54, de 25 de novembro de 1953, que "suplementa verba e cancela dotações orçamentárias";
18.	Lei nº 75, de 31 de julho de 1954, que "suplementa verbas e cancela dotações orçamentárias";
19.	Lei nº 88, de 10 de dezembro de 1954, que "suplementa verbas e cancela dotações orçamentárias";
20.	Lei nº 100, de 11 de novembro de 1955, que "cancela verbas e suplementa dotações da lei de meios em vigor";
21.	Lei nº 103, de 30 de novembro de 1955, que "suplementa verbas";
22.	Lei nº 9, de 16 de agosto de 1956, que "suplementa dotações da lei de meios em vigor e cancela verbas";
23.	Lei nº 13, de 9 de novembro de 1956, que "suplementa verbas e cancela dotações orçamentárias em vigor";
24.	Lei nº 26, de 28 de dezembro de 1956, que "suplementa dotações orçamentárias e cancela verbas";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

25.	Lei nº 40, de 20 de julho de 1957, que "suplementa dotações da lei de meios em vigor e cancela verbas";
26.	Lei nº 60, de 5 de dezembro de 1957, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
27.	Lei nº 65, de 5 de dezembro de 1957, que "suplementa dotações da lei de meios em vigor e cancela verbas";
28.	Lei nº 85, de 7 de novembro de 1958, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
29.	Lei nº 90, de 1º de dezembro de 1958, que "abre crédito suplementar e cancela verbas";
30.	Lei nº 121, de 20 de agosto de 1959, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
31.	Lei nº 142, de 24 de novembro de 1959, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
32.	Lei nº 29, de 10 de novembro de 1960, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
33.	Lei nº 42, de 16 de dezembro de 1960, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
34.	Lei nº 22, de 18 de novembro de 1961, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
35.	Lei nº 29, de 30 de novembro de 1961, que "abre crédito suplementar e cancela dotação orçamentária";
36.	Lei nº 34, de 7 de dezembro de 1961, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
37.	Lei nº 36, de 20 de dezembro de 1962, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
38.	Lei nº 21, de 20 de novembro de 1963, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
39.	Lei nº 31, de 9 de dezembro de 1963, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
40.	Lei nº 40, de 27 de dezembro de 1963, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
41.	Lei nº 33, de 22 de outubro de 1964, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
42.	Lei nº 50, de 30 de dezembro de 1964, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
43.	Lei nº 26, de 25 de setembro de 1965, que "abre crédito especial";
44.	Lei nº 36, de 11 de outubro de 1965, que "abre crédito suplementar de Cr\$ 2.600.000 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros) para o Hospital Operário Darcy Vargas";
45.	Lei nº 45, de 27 de novembro de 1965, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

46.	Lei nº 52, de 28 de dezembro de 1965, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
47.	Lei nº 27, de 28 de novembro de 1966, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
48.	Lei nº 27, de 23 de novembro de 1967, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
49.	Lei nº 27, de 30 de dezembro de 1968, que "suplementa dotações da lei orçamentária em vigor e cancela verbas";
50.	Lei nº 41, de 5 de setembro de 1969, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias";
51.	Lei nº 76, de 19 de dezembro de 1969, que "suplementa dotações orçamentárias";
52.	Lei nº 50, de 5 de outubro de 1970, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias";
53.	Lei nº 62, de 23 de novembro de 1970, que "abre crédito suplementar";
54.	Lei nº 63, de 23 de novembro de 1970, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias";
55.	Lei nº 75, de 21 de dezembro de 1970, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias";
56.	Lei nº 77, de 21 de dezembro de 1970, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias";
57.	Lei nº 38, de 17 de setembro de 1971, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias";
58.	Lei nº 50, de 4 de novembro de 1971, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias";
59.	Lei nº 90, de 12 de dezembro de 1972, que "indica recurso para abertura de crédito suplementar";
60.	Lei nº 102, de 30 de dezembro de 1972, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias";
61.	Lei nº 41, de 13 de dezembro de 1973, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias e abre crédito especial";
62.	Lei nº 66, de 3 de outubro de 1974, que "autoriza crédito suplementar, crédito especial, aponta recursos e dá outras providências";
63.	Lei nº 69, de 10 de outubro de 1974, que "dispõe sobre a suplementação de verbas com recursos de cancelamentos de verbas e receita a maior";
64.	Lei nº 70, de 10 de outubro de 1974, que "suplementa dotações orçamentárias, abre crédito especial e aponta recursos";
65.	Lei nº 93, de 29 de novembro de 1974, que "dispõe sobre a suplementação de verbas, abertura de crédito especial e aponta recursos";
66.	Lei nº 94, de 29 de novembro de 1974, que "dispõe sobre a suplementação de dotações orçamentárias, abertura de crédito especial e aponta recursos";
67.	Lei nº 22, de 9 de julho de 1975, que "suplementa dotações orçamentárias, abre crédito especial, cancela dotações orçamentárias, aponta recursos";
68.	Lei nº 29, de 18 de setembro de 1975, que "suplementa verbas, abre crédito especial, aponta recursos e dá outras providências";
69.	Lei nº 44, de 6 de novembro de 1975, que "dispõe sobre suplementação de verbas e aponta recursos";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

70.	Lei nº 46, de 6 de novembro de 1975, que "suplementa dotações orçamentárias, cancela dotações orçamentárias e dá outras providências";
71.	Lei nº 61, de 1º de dezembro de 1975, que "autoriza crédito suplementar, aponta recursos e dá outras providências";
72.	Lei nº 72, de 24 de dezembro de 1975, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias e dá outras providências";
73.	Lei nº 41, de 15 de julho de 1976, que "dispõe sobre a autorização para crédito suplementar e dá outras providências";
74.	Lei nº 23, de 1º de junho de 1978, que "dispõe sobre a autorização para crédito suplementar e dá outras providências";
75.	Lei nº 85, de 29 de dezembro de 1978, que "dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar e dá outras providências";
76.	Lei nº 26, de 29 de maio de 1979, que "dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar e dá outras providências";
77.	Lei nº 48, de 24 de outubro de 1979, que "dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar e dá outras providências";
78.	Lei nº 49, de 8 de novembro de 1979, que "dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar e dá outras providências";
79.	Lei nº 50, de 8 de novembro de 1979, que "dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar e dá outras providências";
80.	Lei nº 61, de 20 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar e dá outras providências";
81.	Lei nº 65, de 28 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar e dá outras providências";
82.	Lei nº 43, de 20 de agosto de 1980, que "autoriza abertura de crédito suplementar e aponta recursos";
83.	Lei nº 49, de 9 de setembro de 1980, que "autoriza alterar valor do crédito especial aberto através da Lei Municipal nº 23/80, de 27/05/1980";
84.	Lei nº 51, de 23 de setembro de 1980, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias";
85.	Lei nº 52, de 23 de setembro de 1980, que "autoriza a abertura de crédito suplementar e aponta recursos";
86.	Lei nº 68, de 22 de outubro de 1980, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias";
87.	Lei nº 86, de 15 de dezembro de 1980, que "suplementa, cancela e aponta recursos";
88.	Lei nº 13, de 16 de março de 1981, que "autoriza suplementação e aponta recursos";
89.	Lei nº 30, de 1º de julho de 1981, que "autoriza a suplementação e aponta recursos";
90.	Lei nº 59, de 28 de outubro de 1981, que "autoriza a suplementação e aponta recursos";
91.	Lei nº 68, de 11 de novembro de 1981, que "autoriza suplementação e aponta recursos";
92.	Lei nº 83, de 1º de dezembro de 1981, que "autoriza suplementação e aponta recursos";
93.	Lei nº 84, de 2 de dezembro de 1981, que "autoriza suplementação e aponta recursos";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

94.	Lei nº 101, de 28 de dezembro de 1981, que "autoriza suplementação e aponta recursos";
95.	Lei nº 8, de 24 de março de 1982, que "autoriza suplementação de verba e aponta recursos";
96.	Lei nº 65, de 23 de novembro de 1982, que "autoriza suplementação de verbas e indica recursos";
97.	Lei nº 87, de 17 de dezembro de 1982, que "autoriza suplementação e aponta recursos";
98.	Lei nº 77, de 9 de novembro de 1983, que "suplementa, cancela e aponta recursos";
99.	Lei nº 83, de 9 de novembro de 1983, que "suplementa e aponta recursos";
100.	Lei nº 97, de 25 de novembro de 1983, que "suplementa, cancela e aponta recursos";
101.	Lei nº 115, de 19 de dezembro de 1983, que "suplementa, cancela e aponta recursos";
102.	Lei nº 93, de 23 de outubro de 1984, que "autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares e aponta recursos";
103.	Lei nº 107, de 20 de novembro de 1984, que "autoriza ao Poder Executivo abrir créditos adicionais suplementares e aponta recursos";
104.	Lei nº 130, de 21 de dezembro de 1984, que "autoriza ao Poder Executivo abrir créditos adicionais suplementares e aponta recursos";
105.	Lei nº 137, de 26 de dezembro de 1984, que "autoriza ao Poder Executivo abrir créditos adicionais suplementares e aponta recursos";
106.	Lei nº 5, de 11 de janeiro de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir créditos adicionais suplementares no valor de Cr\$ 1.850.000.000, aponta recursos e dá outras providências";
107.	Lei nº 8, de 7 de fevereiro de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 525.000.000 (quinhentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros), aponta recursos e dá outras providências";
108.	Lei nº 11, de 7 de fevereiro de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 65.000.000 (sessenta e cinco milhões de cruzeiros), aponta recursos e dá outras providências";
109.	Lei nº 12, de 12 de março de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir créditos adicionais suplementares, no valor de Cr\$ 1.560.000.000, aponta recursos e dá outras providências";
110.	Lei nº 27, de 30 de abril de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 546.271.039, aponta recursos e dá outras providências";
111.	Lei nº 33, de 28 de maio de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares, no valor de Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros), aponta recurso e dá outras providências";
112.	Lei nº 43, de 18 de junho de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 450.000.000, aponta recurso e dá outras providências";
113.	Lei nº 52, de 27 de junho de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 350.000.000, aponta recursos e dá outras providências";
114.	Lei nº 65, de 20 de agosto de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 9.453.000.000, aponta recursos e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

115.	Lei nº 68, de 28 de agosto de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir créditos adicionais suplementares no valor de Cr\$ 3.800.000.000, aponta recursos e dá outras providências";
116.	Lei nº 85, de 24 de setembro de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir créditos adicionais suplementares no valor de Cr\$ 1.464.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
117.	Lei nº 3, de 24 de janeiro de 1986, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar no valor de Cr\$ 15.000.000.000, aponta recursos e dá outras providências";
118.	Lei nº 51, de 25 de junho de 1986, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar no valor de Cz\$ 9.300.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
119.	Lei nº 10, de 8 de abril de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar no valor de Cz\$ 32.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
120.	Lei nº 42, de 1º de julho de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cz\$ 91.780.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
121.	Lei nº 43, de 6 de julho de 1987, que "autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de Cz\$ 40.200.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
122.	Lei nº 53, de 28 de julho de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cz\$ 20.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
123.	Lei nº 62, de 17 de agosto de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar no Cz\$ 13.000.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
124.	Lei nº 80, de 7 de outubro de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cz\$ 66.390.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
125.	Lei nº 85, de 28 de outubro de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cz\$ 17.465.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
126.	Lei nº 98, de 1º de dezembro de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar, aponta recurso e dá outras providências";
127.	Lei nº 113, de 30 de dezembro de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo municipal abrir crédito adicional suplementar, aponta recurso e dá outras providências";
128.	Lei nº 16, de 15 de março de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cz\$ 45.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
129.	Lei nº 46, de 18 de julho de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cz\$ 235.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
130.	Lei nº 64, de 31 de agosto de 1988, que "autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cz\$ 928.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
131.	Lei nº 81, de 7 de outubro de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, aponta recurso e dá outras providências";
132.	Lei nº 92, de 28 de outubro de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cz\$ 513.400.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
133.	Lei nº 111, de 9 de dezembro de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

134.	Lei nº 20, de 27 de abril de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar, no valor de NCz\$ 30.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
135.	Lei nº 95, de 18 de setembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar no valor de NCz\$ 21.578.500,00, aponta recurso e dá outras providências";
136.	Lei nº 116, de 20 de outubro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar no valor de NCz\$ 5.174.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
137.	Lei nº 134, de 29 de novembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar, no valor de NCz\$ 1.880.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
138.	Lei nº 141, de 1º de dezembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar, no valor de NCz\$ 13.210.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
139.	Lei nº 180, de 20 de dezembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar, no valor de NCz\$ 3.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
140.	Lei nº 11, de 21 de fevereiro de 1990, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar, no valor de NCz\$ 7.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
141.	Lei nº 23, de 6 de abril de 1990, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 160.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
142.	Lei nº 25, de 12 de abril de 1990, que "autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 5.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
143.	Lei nº 27, de 26 de abril de 1990, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 15.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
144.	Lei nº 29, de 26 de abril de 1990, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 400.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
145.	Lei nº 69, de 24 de agosto de 1990, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 848.200.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
146.	Lei nº 77, de 17 de setembro de 1990, que "autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 250.000.000,00 aponta recursos e dá outras providências";
147.	Lei nº 78, de 17 de setembro de 1990, que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 97.000.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
148.	Lei nº 100, 9 de novembro de 1990, que "autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 50.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
149.	Lei nº 103, de 22 de novembro 1990, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 221.400.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
150.	Lei nº 46, de 3 de junho de 1991, que "autorização Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 1.500.000,00, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

151.	Lei nº 55, de 17 de junho de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 1.240.000.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
152.	Lei nº 108, de 16 de setembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 5.500.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
153.	Lei nº 116, de 7 de outubro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 2.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
154.	Lei nº 133, de 11 de novembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 908.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
155.	Lei nº 168, de 11 de dezembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, aponta recurso e dá outras providências";
156.	Lei nº 9, de 17 de janeiro de 1992, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 700.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
157.	Lei nº 20, de 12 de março de 1992, que "autoriza o Poder Executivo municipal a abrir crédito adicional suplementar, aponta recursos e dá outras providências";
158.	Lei nº 65, de 24 de junho de 1992, que "autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 24.364.000.000,00, aponta recursos, e dá outras providências";
159.	Lei nº 114, de 9 de outubro de 1992, que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 54.135.000.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
160.	Lei nº 77, de 29 de setembro de 1993, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 1.714.600.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
161.	Lei nº 123, de 30 de dezembro de 1993, que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 361.900.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
162.	Lei nº 16, de 5 de abril de 1994, que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 90.000.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
163.	Lei nº 21, de 13 de abril de 1994, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 196.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
164.	Lei nº 44, de 20 de junho de 1994, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 146.117.552,62, aponta recurso e dá outras providências";
165.	Lei nº 60, de 18 de agosto de 1994, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
166.	Lei nº 76, de 6 de outubro de 1994, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
167.	Lei nº 86, de 27 de outubro de 1994, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
168.	Lei nº 87, de 27 de outubro de 1994, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

169.	Lei nº 93, de 11 de novembro de 1994, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 7.404.600,00, aponta recurso e dá outras providências";
170.	Lei nº 103, de 9 de dezembro de 1994, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
171.	Lei nº 105, de 14 de dezembro de 1994, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
172.	Lei nº 30, de 5 de junho de 1995, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
173.	Lei nº 62, de 2 de outubro de 1995, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
174.	Lei nº 73, de 27 de outubro de 1995, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recursos e dá outras providências";
175.	Lei nº 9, de 12 de março de 1996, que "abre crédito adicional suplementar, aponta recurso e dá outras providências";
176.	Lei nº 14, de 8 de abril de 1996, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
177.	Lei nº 111, de 14 de novembro de 1996, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
178.	Lei nº 13, de 14 de abril de 1997, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
179.	Lei nº 103, de 11 de setembro de 1997, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
180.	Lei nº 128, de 20 de outubro de 1997, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
181.	Lei nº 149, de 24 de novembro de 1997, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
182.	Lei nº 171, de 12 de dezembro de 1997, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
183.	Lei nº 145, de 14 de dezembro de 1998, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
184.	Lei nº 218, de 14 de junho de 1999, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
185.	Lei nº 266, de 11 de outubro de 1999, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
186.	Lei nº 271, de 22 de outubro de 1999, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
187.	Lei nº 295, de 14 de dezembro de 1999, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

188.	Lei nº 364, de 16 de junho de 2000, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
189.	Lei nº 383, de 3 de agosto de 2000, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
190.	Lei nº 384, de 3 de agosto de 2000, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
191.	Lei nº 385, de 3 de agosto de 2000, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
192.	Lei nº 386, de 3 de agosto de 2000, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
193.	Lei nº 387, de 3 de agosto de 2000, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
194.	Lei nº 402, de 1º de setembro de 2000, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
195.	Lei nº 405, de 11 de setembro de 2000, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
196.	Lei nº 416, de 27 de setembro de 2000, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
197.	Lei nº 417, de 27 de setembro de 2000, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
198.	Lei nº 418, de 27 de setembro de 2000, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
199.	Lei nº 419, de 29 de setembro de 2000, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
200.	Lei nº 421, de 13 de outubro de 2000, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
201.	Lei nº 423, de 3 de novembro de 2000, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
202.	Lei nº 424, de 3 de novembro de 2000, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
203.	Lei nº 427, de 16 de novembro de 2000, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
204.	Lei nº 428, de 16 de novembro de 2000, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
205.	Lei nº 451, de 20 de dezembro de 2000, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
206.	Lei nº 452, de 20 de dezembro de 2000, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
207.	Lei nº 480, de 22 de março de 2001, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

208.	Lei nº 599, de 22 de outubro de 2001, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
209.	Lei nº 684, de 4 de março de 2002, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recursos e dá outras providências";
210.	Lei nº 760, de 30 de setembro de 2002, que "suplementa dotação orçamentária na Lei Municipal nº 622/2001, de 23 de novembro de 2001, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo, aponta recurso e dá outras providências";
211.	Lei nº 763, de 4 de outubro de 2002, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
212.	Lei nº 768, de 24 de outubro de 2002, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
213.	Lei nº 769, de 24 de outubro de 2002, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
214.	Lei nº 775, de 4 de novembro de 2002, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
215.	Lei nº 776, de 4 de novembro de 2002, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
216.	Lei nº 812, de 2 de dezembro de 2002, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
217.	Lei nº 914, de 28 de julho de 2003, que "suplementa dotações orçamentárias, abre crédito adicional especial, aponta recurso e dá outras providências";
218.	Lei nº 930, de 21 de agosto de 2003, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
219.	Lei nº 934, de 22 de agosto de 2003, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
220.	Lei nº 968, de 20 de outubro de 2003, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
221.	Lei nº 1.007, de 8 de dezembro de 2003, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
222.	Lei nº 1.024, de 16 de dezembro de 2003, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
223.	Lei nº 1.027, de 16 de dezembro de 2003, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
224.	Lei nº 1.177, de 7 de outubro de 2004, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
225.	Lei nº 1.211, de 10 de dezembro de 2004, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
226.	Lei nº 1.215, de 17 de dezembro de 2004, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

227.	Lei nº 1.266, de 23 de março de 2005, que "indica fonte de recursos orçamentários para cobertura de despesas, e dá outras providências";
228.	Lei nº 1.320, de 11 de novembro de 2005, que "suplementa dotações orçamentárias e aponta recurso na Lei Municipal nº 1.226/2004, de 24 de dezembro de 2004, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício financeiro de 2005, e dá outras providências";
229.	Lei nº 1.329, de 5 de dezembro de 2005, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
230.	Lei nº 1.374, de 10 de março de 2006, que "altera dispositivos das Lei Municipais nº 1.321/2005, de 11 de novembro de 2005, e 1.305/2005, de 30 de setembro de 2005, suplementa dotação orçamentária na Lei nº 1.361/2005, de 30 de dezembro de 2005, e dá outras providências";
231.	Lei nº 1.449, de 25 de agosto de 2006, que "inclui dispositivos nas Leis Municipais nºs 1.321/2005, de 11 de novembro de 2005, e 1.305/2005, de 30 de setembro de 2005 e abre crédito adicional especial na Lei Municipal nº 1.361/2005, de 30 de dezembro de 2005, e dá outras providências";
232.	Lei nº 1.454, de 15 de setembro de 2006, que "abre crédito adicional suplementar na Lei nº 1.361/2005, de 30 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2006 e dá outras providências";
233.	Lei nº 1.468, de 9 de outubro de 2006, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
234.	Lei nº 1.475, de 30 de outubro de 2006, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
235.	Lei nº 1.496, de 24 de novembro de 2006, que "suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
236.	Lei nº 1.500, de 30 de novembro de 2006, que "suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
237.	Lei nº 1.568, de 9 de abril de 2007, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar até o limite que menciona e dá outras providências";
238.	Lei nº 1.605, de 20 de junho de 2007, que "autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar financiamento junto a Caixa Econômica Federal, através do Programa de Infra-estrutura para a Mobilidade Urbana - PROMOB, do Ministério das Cidades, para ampliação e melhoria dos abrigos no transporte coletivo e controladores de semáforos no Município de Novo Hamburgo, abrir crédito adicional especial e suplementar e dá outras providências";
239.	Lei nº 1.724, de 14 de dezembro de 2007, que "autoriza o Poder Executivo Municipal, conceder contribuição, ao Conselho Comunitário Pró Segurança Pública de Novo Hamburgo - CONSEPRO, abre crédito adicional suplementar, até o limite que menciona e dá outras providências";
240.	Lei nº 1.768, de 26 de fevereiro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

241.	Lei nº 1.835, de 21 de maio de 2008, que "concede subvenção social à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar até o limite que menciona, e dá outras providências";
242.	Lei nº 1.866, de 24 de julho de 2008, que "concede subvenção social à Associação dos Artistas, Produtores de Artes e Afins - AARPA, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar até o limite que menciona e dá outras providências";
243.	Lei nº 1.896, de 6 de outubro de 2008, que "concede subvenção de natureza assistencial, até o limite que menciona, abre crédito adicional suplementar, e dá outras providências";
244.	Lei nº 1.915, de 5 de dezembro de 2008, que "concede subvenção social à Associação Tradicionalista de Novo Hamburgo - ATNH, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar até o limite que menciona e dá outras providências";
245.	Lei nº 1.920, de 12 de dezembro de 2008, que "concede subvenção social à Pró-Vítima - Associação Brasileira de Defesa das Vítimas, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar até o limite que menciona e dá outras providências";
246.	Lei nº 1.938, de 19 de dezembro de 2008, que "abre crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.850.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
247.	Lei nº 2.072, de 18 de dezembro de 2009, que "concede auxílio financeiro à Associação de Pai e Mestres da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, autorizada a abertura de crédito adicional suplementar, até o limite que menciona e dá outras providências";
248.	Lei nº 2.074, de 18 de dezembro de 2009, que "abre crédito adicional suplementar, e dá outras providências";
249.	Lei nº 2.159, de 15 de julho de 2010, que "concede subvenção social à Associação Tradicionalista de Novo Hamburgo - ATNH, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar até o limite que menciona, e dá outras providências";
250.	Lei nº 2.197, de 3 de novembro de 2010, que "concede auxílio financeiro à Associação de Pais e Mestres da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, autorizada a abertura de crédito adicional especial ou suplementar, até o limite que menciona, e dá outras providências"; e
251.	Lei nº 2.250, de 29 de dezembro de 2010, que "abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 149.241,25 e dá outras providências".



Anexo III

1.	Lei nº 4, de 11 de novembro de 1947, que "orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1948";
2.	Lei nº 37, de 1º de dezembro de 1948, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1949";
3.	Lei nº 59, de 7 de dezembro de 1949, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1.950";
4.	Lei nº 78, de 10 de dezembro de 1950, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1951";
5.	Lei nº 93, de 24 de novembro de 1951, que "orça a receita e fixa a receita do município para o exercício de 1952";
6.	Lei nº 22, de 17 de novembro de 1952, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1953";
7.	Lei nº 48, de 26 de outubro de 1953, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1954";
8.	Lei nº 84, de 9 de dezembro de 1954, que "estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1955";
9.	Lei nº 101, de 26 de novembro de 1955, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1956";
10.	Lei nº 28, de 31 de dezembro de 1956, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1957";
11.	Lei nº 50, de 30 de novembro de 1957, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1958";
12.	Lei nº 87, de 28 de novembro de 1958, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1959";
13.	Lei nº 38, de 16 de dezembro de 1960, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1961";
14.	Lei nº 32, de 30 de novembro de 1961, que "orça e receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1962";
15.	Lei nº 25, de 28 de novembro de 1962, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1963";
16.	Lei nº 12, de 30 de outubro de 1963, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1964";
17.	Lei nº 46, de 11 de dezembro de 1964, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1965";
18.	Lei nº 37, de 20 de dezembro de 1966, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1967";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

19.	Lei nº 17, de 28 de novembro de 1968, que "orça a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 1969";
20.	Lei nº 19, de 28 de novembro de 1968, que "orça a receita e fixa a despesa do serviço autônomo municipal de abastecimento público, para o exercício de 1969";
21.	Lei nº 44, de 3 de outubro de 1969, que "orça a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1970";
22.	Lei nº 61, de 5 de dezembro de 1969, que "orça a receita e fixa a despesa do "serviço autônomo municipal de abastecimento público" para o exercício de 1970";
23.	Lei nº 57, de 20 de novembro de 1970, que "orça a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1971";
24.	Lei nº 57, de 3 de dezembro de 1971, que "orça a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1972";
25.	Lei nº 63, de 24 de novembro de 1972, que "orça a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1973";
26.	Lei nº 35, de 5 de dezembro de 1973, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1974";
27.	Lei nº 43, de 14 de dezembro de 1973, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1974 a 1976";
28.	Lei nº 88, de 28 de novembro de 1974, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1975";
29.	Lei nº 92, de 29 de novembro de 1974, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1975 a 1977";
30.	Lei nº 50, de 21 de novembro de 1975, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1976";
31.	Lei nº 58, de 28 de novembro de 1975, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1976 a 1978, e dá outras providências";
32.	Lei nº 85, de 30 de novembro de 1976, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1.977 a 1.979 e dá outras providências";
33.	Lei nº 86, de 30 de novembro de 1976, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1977";
34.	Lei nº 67, de 6 de dezembro de 1977, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1978";
35.	Lei nº 68, de 6 de dezembro de 1977, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1978 a 1980 e dá outras providências";
36.	Lei nº 69, de 30 de novembro de 1978, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1979";
37.	Lei nº 70, de 30 de novembro de 1978, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1979 a 1981 e dá outras providências";
38.	Lei nº 56, de 30 de novembro de 1979, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1980";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

39.	Lei nº 57, de 30 de novembro de 1979, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 80/82 e dá outras providências";
40.	Lei nº 78, de 17 de novembro de 1980, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1981";
41.	Lei nº 79, de 17 de novembro de 1980, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1981/1983 e dá outras providências";
42.	Lei nº 69, de 16 de novembro de 1981, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1982";
43.	Lei nº 70, de 16 de novembro de 1981, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1982/1984 e dá outras providências";
44.	Lei nº 74, de 2 de dezembro de 1982, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1983 e dá outras providências";
45.	Lei nº 75, de 2 de dezembro de 1982, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1983/1985 e dá outras providências";
46.	Lei nº 48, de 23 de agosto de 1983, que "acrescenta parágrafo único ao art.3º da Lei Municipal nº 74/82, de 02/12/82, e dá outras providências";
47.	Lei nº 90, de 17 de novembro de 1983, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1984 e dá outras providências";
48.	Lei nº 91, de 17 de novembro de 1983, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1984/1986 e dá outras providências";
49.	Lei nº 95, de 7 de novembro de 1984, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1985 e dá outras providências";
50.	Lei nº 96, de 7 de novembro de 1984, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1985/1987 e dá outras providências";
51.	Lei nº 101, de 1º de novembro de 1985, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1986 e dá outras providências";
52.	Lei nº 102, de 1º de novembro de 1985, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1986/1988 e dá outras providências";
53.	Lei nº 106, de 25 de novembro de 1986, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1987 e dá outras providências";
54.	Lei nº 107, de 25 de novembro de 1986, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1987/1989 e dá outras providências";
55.	Lei nº 93, de 27 de novembro de 1987, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1988/1990 e dá outras providências";
56.	Lei nº 94, de 27 de novembro de 1987, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1988 e dá outras providências";
57.	Lei nº 98, de 25 de novembro de 1988, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1989 e dá outras providências";
58.	Lei nº 99, de 25 de novembro de 1988, que "estabelece o orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1989/1991 e dá outras providências";



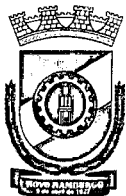
Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

59.	Lei nº 146, de 11 de dezembro de 1989, que "estima receita e fixa despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1990, e dá outras providências";
60.	Lei nº 147, de 11 de dezembro de 1989, que "estabelece o plano plurianual para o triênio de 1990/1992 e dá outras providências";
61.	Lei nº 68, de 20 de agosto de 1990, que "dispõe sobre o plano plurianual do Município de Novo Hamburgo para o período de 1991 a 1993";
62.	Lei nº 109, de 29 de novembro de 1990, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1991 e dá outras providências";
63.	Lei nº 129, de 27 de dezembro de 1990, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1991 e dá outras providências";
64.	Lei nº 95, de 26 de agosto de 1991, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1992 e dá outras providências";
65.	Lei nº 174, de 16 de dezembro de 1991, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1992 e dá outras providências";
66.	Lei nº 88, de 17 de agosto de 1992, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1993 e dá outras providências";
67.	Lei nº 136, de 14 de dezembro de 1992, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1993 e dá outras providências";
68.	Lei nº 62, de 12 de agosto de 1993, que "dispõe sobre o plano plurianual do Município de Novo Hamburgo para o período de 1994 a 1997";
69.	Lei nº 71, de 6 de setembro de 1993, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1994 e dá outras providências";
70.	Lei nº 118, de 29 de dezembro de 1993, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1994 e dá outras providências";
71.	Lei nº 59, de 16 de agosto de 1994, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1995 e dá outras providências";
72.	Lei nº 73, de 19 de setembro de 1994, que "estima a receita e fixa a despesa da Fundação Pró-Parque de Novo Hamburgo para o exercício de 1994, e dá outras providências";
73.	Lei nº 99, de 2 de dezembro de 1994, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1995, e dá outras providências";
74.	Lei nº 53, de 6 de setembro de 1995, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1996 e dá outras providências";
75.	Lei nº 79, de 20 de novembro de 1995, que "estima a receita e fixa a despesa do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo - IPASEM, para o exercício de 1996 e dá outras providências";
76.	Lei nº 90, de 18 de dezembro de 1995, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1996 e dá outras providências";
77.	Lei nº 81, de 6 de setembro de 1996, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1997 e dá outras providências";



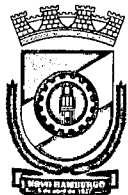
Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

78.	Lei nº 131, de 20 de dezembro de 1996, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1997 e dá outras providências";
79.	Lei nº 5, de 10 de março de 1997, que "estima a receita e fixa a despesa da Fundação Pró-Parque de Novo Hamburgo para o exercício de 1997 e dá outras providências";
80.	Lei nº 74, de 8 de agosto de 1997, que "dispõe sobre o plano plurianual do Município de Novo Hamburgo para o período de 1998 a 2001";
81.	Lei nº 101, de 10 de setembro de 1997, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1998 e dá outras providências";
82.	Lei nº 133, de 28 de outubro de 1997, que "altera redação do "caput" do artigo 7º da Lei municipal nº 131/96, de 20 de dezembro de 1996, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1997 e dá outras providências";
83.	Lei nº 135, de 3 de novembro de 1997, que "estima a receita e fixa a despesa do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo - IPASEM, para o exercício de 1998, e dá outras providências";
84.	Lei nº 160, de 4 de dezembro de 1997, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1998 e dá outras providências";
85.	Lei nº 79, de 25 de agosto de 1998, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1999 e dá outras providências";
86.	Lei nº 121, de 3 de novembro de 1998, que "estima a receita e fixa a despesa do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo - IPASEM, para o exercício de 1999, e dá outras providências";
87.	Lei nº 152, de 16 de dezembro de 1998, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 1999 e dá outras providências";
88.	Lei nº 245, de 27 de agosto de 1999, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2000 e dá outras providências";
89.	Lei nº 280, de 16 de novembro de 1999, que "estima a receita e fixa a despesa do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo - IPASEM, para o exercício de 2000, e dá outras providências";
90.	Lei nº 282, de 26 de novembro de 1999, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2000 e dá outras providências";
91.	Lei nº 435, de 27 de novembro de 2000, que "estima a receita e fixa a despesa do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo IPASEM, para o exercício de 2001, e dá outras providências";
92.	Lei nº 438, de 28 de novembro de 2000, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2001 e dá outras providências";
93.	Lei nº 455, de 21 de dezembro de 2000, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2001 e dá outras providências";
94.	Lei nº 517, de 26 de junho de 2001, que "estima a receita e fixa a despesa do Hospital Municipal de Novo Hamburgo para o exercício de 2001 e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

95.	Lei nº 600, de 22 de outubro de 2001, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2002 e dá outras providências";
96.	Lei nº 622, de 23 de novembro de 2001, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2002 e dá outras providências";
97.	Lei nº 624, de 30 de novembro de 2001, que "estima a receita e fixa a despesa do Hospital Municipal de Novo Hamburgo para o exercício de 2002 e dá outras providências";
98.	Lei nº 625, de 30 de novembro de 2001, que "estima a receita e fixa a despesa do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo - IPASEM, para o exercício de 2002, e dá outras providências";
99.	Lei nº 773, de 29 de outubro de 2002, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2003 e dá outras providências";
100.	Lei nº 848, de 27 de dezembro de 2002, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício financeiro de 2003, e dá outras providências";
101.	Lei nº 970, de 21 de outubro de 2003, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2004 e dá outras providências";
102.	Lei nº 1.030, de 23 de dezembro de 2003, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício financeiro de 2004, e dá outras providências";
103.	Lei nº 1.183, de 18 de outubro de 2004, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2005 e dá outras providências";
104.	Lei nº 1.226, de 24 de dezembro de 2004, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício financeiro de 2005, e dá outras providências";
105.	Lei nº 1.305, de 30 de setembro de 2005, que "dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio 2006-2009, e dá outras providências";
106.	Lei nº 1.321, de 11 de novembro de 2005, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2006 e dá outras providências";
107.	Lei nº 1.361, de 30 de dezembro de 2005, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2006, e dá outras providências";
108.	Lei nº 1.375, de 16 de março de 2006, que "acrescenta dispositivo à Lei Municipal nº 1.361/2005, de 30 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2006, e dá outras providências";
109.	Lei nº 1.471, de 23 de outubro de 2006, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2007 e dá outras providências";
110.	Lei nº 1.537, de 29 de dezembro de 2006, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2007, e dá outras providências";
111.	Lei nº 1.677, de 18 de outubro de 2007, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2008 e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

112.	Lei nº 1.755, de 28 de dezembro de 2007, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2008, e dá outras providências";
113.	Lei nº 1.902, de 15 de outubro de 2008, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2009 e dá outras providências";
114.	Lei nº 1.924, de 16 de dezembro de 2008, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2009, e dá outras providências";
115.	Lei nº 1.966, de 6 de março de 2009, que "altera redação do inciso III do artigo 8º da Lei Municipal nº 1924/2008, de 16 de dezembro de 2008, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo, para o exercício de 2009 e dá outras providências";
116.	Lei nº 2.002, de 25 de agosto de 2009, que "dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio de 2010-2013, e dá outras providências";
117.	Lei nº 2.025, de 21 de outubro de 2009, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010 e dá outras providências";
118.	Lei nº 2.184, de 4 de outubro de 2010, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011 e dá outras providências";
119.	Lei nº 2.225, de 27 de dezembro de 2010, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2011, e dá outras providências";
120.	Lei nº 2.331, de 6 de outubro de 2011, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012 e dá outras providências";
121.	Lei nº 2.356, de 9 de dezembro de 2011, que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2012, e dá outras providências";
122.	Lei nº 2.474, de 16 de outubro de 2012, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2013 e dá outras providências"; e
123.	Lei nº 2.507, de 19 de dezembro de 2012, que "estima a Receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o ano de 2013, e dá outras providências".



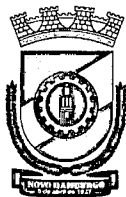
Anexo IV

1.	Lei nº 10, de 26 de abril de 1948, que "abre um crédito especial de Cr\$ 8.000,00 para o pagamento de uma gratificação ao juiz preparador, Sr. Renato Fonseca";
2.	Lei nº 17, de 14 de junho de 1948, que "abre um crédito especial de Cr\$ 6.000,00 destinado a um auxílio a dois estudantes pobres";
3.	Lei nº 20, de 15 de junho de 1948, que "abre um crédito especial de Cr\$ 3.000,00 para pagamento da diferença de arrecadação digo arrendamento da pedreira municipal, correspondente ao período de 1º de janeiro de 1943 a 31 de dezembro de 1947";
4.	Lei nº 24, de 28 de junho de 1948, que "abre um crédito especial de Cr\$ 33.000,00 para pagamento de gratificações adicionais";
5.	Lei nº 27, de 13 de setembro de 1948, que "abre o crédito especial de Cr\$ 18.300,00 para pagamento de vantagens não percebidas";
6.	Lei nº 34, de 30 de novembro de 1948, que "abre o crédito especial de Cr\$ 1.755,00 destinado ao pagamento de percentagem devida a funcionários da Exatoria Estadual";
7.	Lei nº 41, 1º de junho de 1949, que "abre um crédito especial de Cr\$ 1.980,00 destinado ao pagamento da gratificação adicional a que tem direito o funcionário aposentado desta municipalidade, Snr. Daniel Júlio Moreira Chaves, correspondente aos exercício de 1948 e 1949";
8.	Lei nº 42, de 20 de junho de 1949, que "abre um crédito especial de Cr\$ 771,40, destinado ao pagamento de despesas realizadas com a verificação da boa aplicação de materiais importados com isenção de direitos";
9.	Lei nº 44, de 20 de junho de 1949, que "autoriza assinatura de um convênio e abre crédito especial";
10.	Lei nº 45, de 21 de junho de 1949, que "abre um crédito especial de Cr\$ 35.541,30";
11.	Lei nº 49, de 12 de outubro de 1949, que "abre o crédito especial de Cr\$ 227,30 para pagamento da gratificação adicional à professora municipal Hilda Maria Scherer pelo período de 20.9 a 31.12.48";
12.	Lei nº 54, de 30 de novembro de 1949, que "abre um crédito especial de Cr\$ 423,00, destinado ao pagamento de gratificação adicional de 15% sobre os vencimentos a que tem direito a professora municipal de 3ª entrância, Senhora Maria Edith da Silva Faller, correspondente ao período de 23/6 a 31/12/1948";
13.	Lei nº 55, de 30 de novembro de 1949, que "abre um crédito especial com vigência para os exercícios de 1949 e 1950, na importância de Cr\$ 305.000,00";
14.	Lei nº 56, de 30 de novembro de 1949, que "abre um crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinado ao pagamento da indenização devida ao cortume A.Jaeger S.A., proprietário de uma gleba desapropriada pelo Município";
15.	Lei nº 62, de 22 de maio de 1950, que "abre um crédito especial de Cr\$ 260.000,00 destinado ao pagamento das indenizações devidas aos proprietários de imóveis desapropriados para diversos fins.";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

16.	Lei nº 63, de 9 de junho de 1950, que "abre o crédito especial de Cr\$ 7.410,60, destinado ao pagamento de gratificações adicionais, referentes ao exercício de 1948";
17.	Lei nº 69, de 10 de agosto de 1950, que "abre o crédito especial de Cr\$ 21.000,00 destinado à ereção de um monumento a Ruy Barbosa";
18.	Lei nº 70, de 12 de outubro de 1950, que "revoga a Lei nº 61, de 13 de maio de 1950 e abre o crédito especial de Cr\$ 104.619,30";
19.	Lei nº 71, de 12 de outubro de 1950, que "abre o crédito especial de Cr\$ 23.500,00";
20.	Lei nº 75, de 30 de novembro de 1950, que "abre um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00";
21.	Lei nº 80, de 31 de maio de 1951, que "abre um crédito especial de Cr\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros), destinado ao pagamento das indenizações devidas aos proprietários de imóveis desapropriados e que se destinam à ampliação do Cemitério Público Municipal";
22.	Lei nº 83, de 1º de junho de 1951, que "abre o crédito especial de Cr\$ 36.365,00 (trinta e seis mil, trezentos e sessenta e cinco cruzeiros), destinado à indenização devida ao cidadão Henrique Theobaldo Krupp por desapropriação";
23.	Lei nº 87, de 11 de outubro de 1951, que "abre um crédito extraordinário de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) destinado a atender as despesas decorrentes do Serviço Eleitoral";
24.	Lei nº 91, de 16 de novembro de 1951, que "abre um crédito especial na importância de Cr\$ 1.842,50, destinado ao pagamento de contribuições devidas ao Estado";
25.	Lei nº 97, de 30 de novembro de 1951, que "abre um crédito especial de Cr\$ 221.500,00 (duzentos e vinte e um mil e quinhentos cruzeiros)";
26.	Lei nº 98, de 30 de novembro de 1951, que "abre um crédito especial de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros)";
27.	Lei nº 99, de 30 de novembro de 1951, que "abre um crédito especial na importância de Cr\$ 2.254,00, destinado ao pagamento de gratificações adicionais a servidores públicos municipais";
28.	Lei nº 100, de 30 de novembro de 1951, que "abre um crédito especial";
29.	Lei nº 3, de 4 de abril de 1952, que "abre o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros)";
30.	Lei nº 6, de 4 de junho de 1952, que "abre o crédito especial de Cr\$ 14.000,00";
31.	Lei nº 7, de 5 de junho de 1952, que "abre crédito especial e estabelece uso obrigatório de vestuário adequado para o pessoal da limpeza pública";
32.	Lei nº 8, de 5 de junho de 1952, que "abre o crédito especial de Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros)";
33.	Lei nº 10, de 5 de junho de 1952, que "abre o crédito especial de Cr\$ 15.000,00";
34.	Lei nº 15, de 5 de junho de 1952, que "abre o crédito especial de Cr\$ 2.075,00 (dois mil e setenta e cinco cruzeiros)";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

35.	Lei nº 19, de 24 de setembro de 1952, que "autoriza o Prefeito Municipal a adquirir um imóvel e abre o crédito especial de Cr\$ 48.000,00";
36.	Lei nº 26, de 28 de novembro de 1952, que "abre crédito especial";
37.	Lei nº 27, de 23 de março de 1953, que "abre o crédito extraordinário de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), destinado a socorrer os flagelados pela seca que assola o nordeste brasileiro";
38.	Lei nº 29, de 16 de abril de 1953, que "abre o crédito especial de quinze mil cruzeiros";
39.	Lei nº 33, 15 de maio de 1953, que "abre crédito especial e concede auxílio-doença";
40.	Lei nº 34, de 19 de maio de 1953, que "abre crédito especial";
41.	Lei nº 35, de 30 de maio de 1953, que "abre crédito especial e dá outras providências";
42.	Lei nº 38, de 30 de maio de 1953, que "abre crédito especial e dá outras providências";
43.	Lei nº 39, de 30 de maio de 1953, que "abre crédito especial e dá outras providências";
44.	Lei nº 40, de 14 de julho de 1953, que "abre crédito especial para depósito judicial e cancela verba orçamentária";
45.	Lei nº 42, de 27 de agosto de 1953, que "abre crédito especial de Cr\$ 20.000,00 destinado à representação do Prefeito Municipal no estrangeiro";
46.	Lei nº 43, de 25 de setembro de 1953, que "abre crédito especial na importância de Cr\$ 7.000,00";
47.	Lei nº 44, de 25 de setembro de 1953, que "abre o crédito especial na importância de Cr\$ 100.000,00";
48.	Lei nº 52, de 21 de novembro de 1953, que "cancela saldo de verba e abre crédito especial";
49.	Lei nº 59, de 25 de novembro de 1953, que "abre o crédito especial de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros)";
50.	Lei nº 64, de 7 de junho de 1954, que "abre crédito especial no montante de Cr\$ 21.729,70, destinado ao pagamento de gratificações adicionais de 15% a professores municipais";
51.	Lei nº 65, de 7 de junho de 1954, que "abre crédito especial de Cr\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos cruzeiros destinado ao pagamento do aluguel da sala de ensaios da "Banda Municipal"";
52.	Lei nº 67, de 7 de junho de 1954, que "abre crédito especial de Cr\$ 21.711,50 (vinte e um mil, setecentos e onze cruzeiros e cinquenta centavos)";
53.	Lei nº 71, de 9 de junho de 1954, que "abre crédito especial no valor de Cr\$ 11.707,00, para pagamento de indenização por acidente de trabalho";
54.	Lei nº 77, de 23 de novembro de 1954, que "cancela dotações orçamentárias e abre um crédito especial";
55.	Lei nº 81, de 9 de dezembro de 1954, que "cancela parte de dotação orçamentária e abre crédito especial";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

56.	Lei nº 82, de 9 de dezembro de 1954, que "cancela parte de dotação orçamentária e abre crédito especial";
57.	Lei nº 83, de 9 de dezembro de 1954, que "cancela parte de dotação orçamentária e abre crédito especial";
58.	Lei nº 90, de 29 de abril de 1955, que "abre crédito especial";
59.	Lei nº 91, de 14 de maio de 1955, que "abre crédito especial para pagamento de indenização por desapropriação de imóvel no valor de Cr\$ 8.000,00";
60.	Lei nº 92, de 14 de maio de 1955, que "abre crédito especial e autoriza doação";
61.	Lei nº 99, de 10 de novembro de 1955, que "autoriza o Prefeito a adquirir e doar imóvel e abre crédito especial";
62.	Lei nº 104, de 30 de novembro de 1955, que "abre crédito especial e cancela verbas";
63.	Lei nº 107, de 30 de novembro de 1955, que "abre crédito especial de Cr\$ 25.000,00";
64.	Lei nº 109, de 30 de novembro de 1955, que "autoriza aquisição e doação de imóvel e abre crédito especial";
65.	Lei nº 3, de 24 de maio de 1956, que "abre crédito especial";
66.	Lei nº 12, de 9 de novembro de 1956, que "abre crédito especial";
67.	Lei nº 14, de 9 de novembro de 1956, que "abre crédito especial e cancela verbas";
68.	Lei nº 15, de 9 de novembro de 1956, que "abre crédito especial e cancela verba";
69.	Lei nº 19, de 22 de novembro de 1956, que "abre crédito especial";
70.	Lei nº 20, de 22 de novembro de 1956, que "abre crédito especial e cancela verbas";
71.	Lei nº 21, de 6 de dezembro de 1956, que "abre crédito especial e cancela verbas";
72.	Lei nº 25, de 22 de dezembro de 1956, que "abre crédito adicional especial e concede auxílio a sindicato";
73.	Lei nº 27, de 28 de dezembro de 1956, que "abre crédito especial de Cr\$ 90.000,00";
74.	Lei nº 33, de 18 de abril de 1957, que "abre crédito especial";
75.	Lei nº 35, de 20 de maio de 1957, que "abre crédito especial";
76.	Lei nº 37, de 17 de junho de 1957, que "abre crédito especial";
77.	Lei nº 38, de 17 de junho de 1957, que "abre crédito especial";
78.	Lei nº 48, de 7 de novembro de 1957, que "abre crédito especial destinado à reforma do relógio do Templo Evangélico de Hamburgo Velho";
79.	Lei nº 51, de 30 de novembro de 1957, que "abre crédito especial";
80.	Lei nº 57, 30 de novembro de 1957, que "abre crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00";
81.	Lei nº 61, de 5 de dezembro de 1957, que "abre crédito especial";
82.	Lei nº 73, de 8 de maio de 1958, que "abre crédito especial de Cr\$ 155.250,00";
83.	Lei nº 74, de 8 de maio de 1958, que "abre crédito especial de Cr\$ 1.650.000,00";
84.	Lei nº 79, de 2 de junho de 1958, que "abre crédito especial de Cr\$ 31.587,00";



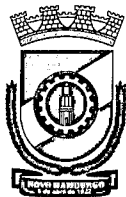
Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

85.	Lei nº 80, de 4 de junho de 1958, que "abre crédito especial de Cr\$ 210.000,00";
86.	Lei nº 84, de 7 de novembro de 1958, que "abre crédito especial";
87.	Lei nº 88, de 1º de dezembro de 1958, que "abre crédito especial";
88.	Lei nº 91, de 1º de dezembro de 1958, que "abre crédito especial de Cr\$ 68.664,10";
89.	Lei nº 92, de 1º de dezembro de 1958, que "abre um crédito especial de Cr\$ 35.221,80";
90.	Lei nº 96, de 9 de dezembro de 1958, que "abre crédito especial";
91.	Lei nº 100, de 11 de maio de 1959, que "abre crédito especial de Cr\$ 121.000,00";
92.	Lei nº 101, de 11 de maio de 1959, que "abre crédito especial de Cr\$ 201.313,00";
93.	Lei nº 104, de 11 de maio de 1959, que "abre crédito especial de Cr\$ 44.000,00";
94.	Lei nº 107, de 6 de junho de 1959, que "abre crédito especial de Cr\$ 10.250,00";
95.	Lei nº 108, de 6 de junho de 1959, que "abre crédito especial de Cr\$ 17.868,00";
96.	Lei nº 113, de 16 de junho de 1959, que "abre crédito especial";
97.	Lei nº 127, de 26 de setembro de 1959, que "abre crédito especial de Cr\$ 50.000,00";
98.	Lei nº 130, de 12 de outubro de 1959, que "abre crédito especial de Cr\$ 79.571,00";
99.	Lei nº 135, de 24 de novembro de 1959, que "abre crédito especial";
100.	Lei nº 137, de 24 de novembro de 1959, que "abre crédito especial";
101.	Lei nº 138, de 24 de novembro de 1959, que "abre crédito especial";
102.	Lei nº 139, de 24 de novembro de 1959, que "abre crédito especial";
103.	Lei nº 140, de 24 de novembro de 1959, que "abre crédito especial";
104.	Lei nº 143, de 17 de dezembro de 1959, que "abre crédito especial";
105.	Lei nº 144, de 17 de dezembro de 1959, que "abre crédito especial";
106.	Lei nº 8, de 18 de junho de 1960, que "abre crédito especial";
107.	Lei nº 10, de 18 de junho de 1960, que "abre crédito especial";
108.	Lei nº 11, de 18 de junho de 1960, que "abre crédito especial";
109.	Lei nº 14, de 18 de junho de 1960, que "abre crédito especial";
110.	Lei nº 23, de 1º de outubro de 1960, que "abre crédito especial";
111.	Lei nº 27, de 10 de novembro de 1960, que "abre crédito especial";
112.	Lei nº 28, de 10 de novembro de 1960, que "abre crédito especial";
113.	Lei nº 33, de 30 de novembro de 1960, que "abre crédito especial";
114.	Lei nº 39, de 16 de dezembro de 1960, que "abre crédito especial";
115.	Lei nº 41, de 16 de dezembro de 1960, que "abre crédito especial";
116.	Lei nº 46, de 20 de dezembro de 1960, que "abre crédito especial de Cr\$ 150.000,00";
117.	Lei nº 7, de 30 de junho de 1961, que "abre crédito especial de Cr\$ 138.494,80";
118.	Lei nº 11, de 3 de julho de 1961, que "abre crédito especial";



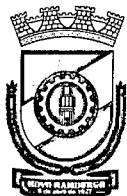
Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

119.	Lei nº 33, de 7 de dezembro de 1961, que "abre crédito especial";
120.	Lei nº 40, de 30 de dezembro de 1961, que "abre crédito especial de Cr\$ 150.000,00";
121.	Lei nº 16, de 2 de julho de 1962, que "abre crédito especial de Cr\$ 101.812,00";
122.	Lei nº 18, de 6 de novembro de 1963, que "abre crédito especial";
123.	Lei nº 19, de 6 de novembro de 1963, que "abre crédito especial";
124.	Lei nº 20, de 6 de novembro de 1963, que "abre crédito especial";
125.	Lei nº 29, de 27 de novembro de 1963, que "abre crédito especial";
126.	Lei nº 32, de 9 de dezembro de 1963, que "abre crédito especial de Cr\$ 44.123.008,40";
127.	Lei nº 39, de 27 de dezembro de 1963, que "abre crédito especial";
128.	Lei nº 4, de 2 de junho de 1964, que "abre crédito especial";
129.	Lei nº 5, de 2 de junho de 1964, que "abre crédito especial";
130.	Lei nº 21, de 9 de setembro de 1964, que "abre crédito especial para as comemorações da Semana da Pátria";
131.	Lei nº 27, de 15 de outubro de 1964, que "abre crédito especial de Cr\$ 6.753.647,60";
132.	Lei nº 49, de 30 de dezembro de 1964, que "abre crédito especial";
133.	Lei nº 20, de 8 de setembro de 1965, que "abre crédito especial";
134.	Lei nº 34, de 28 de setembro de 1965, que "abre crédito especial de Cr\$ 2.350.000";
135.	Lei nº 35, de 4 de outubro de 1965, que "abre crédito especial de Cr\$ 4.864.294";
136.	Lei nº 38, de 25 de outubro de 1965, que "abre crédito especial";
137.	Lei nº 50, de 27 de dezembro de 1965, que "abre crédito especial de Cr\$ 9.370.195";
138.	Lei nº 13, de 11 de junho de 1966, que "abre crédito especial";
139.	Lei nº 22, de 22 de setembro de 1966, que "abre crédito especial de Cr\$ 4.298.070";
140.	Lei nº 23, de 22 de setembro de 1966, que "abre crédito especial de Cr\$ 3.853.337";
141.	Lei nº 24, de 22 de outubro de 1966, que "abre crédito especial de Cr\$ 300.000";
142.	Lei nº 21, de 2 de outubro de 1967, que "abre crédito especial de NCr\$ 11.800,00";
143.	Lei nº 28, de 14 de dezembro de 1967, que "abre crédito especial de NCr\$ 3.646,00";
144.	Lei nº 13, de 3 de setembro de 1968, que "abre crédito especial de NCr\$ 7.334,62";
145.	Lei nº 14, de 19 de setembro de 1968, que "abre crédito especial de NCr\$ 150,00";
146.	Lei nº 16, de 7 de novembro de 1968, que "abre crédito especial de NCr\$ 1.500,00";
147.	Lei nº 18, de 29 de novembro de 1968, que "abre crédito especial de NCr\$ 12.400,00";
148.	Lei nº 25, de 27 de dezembro de 1968, que "abre crédito especial de NCr\$ 4.450,00";
149.	Lei nº 26, de 27 de dezembro de 1968, que "abre crédito especial de NCr\$ 11.400,00";
150.	Lei nº 2, de 13 de janeiro de 1969, que "abre crédito especial de NCr\$ 6.096,25";
151.	Lei nº 20, de 11 de junho de 1969, que "abre crédito especial";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

152.	Lei nº 27, de 27 de junho de 1969, que "abre crédito especial e autoriza doações de imóveis";
153.	Lei nº 33, de 17 de julho de 1969, que "abre crédito especial e autoriza a assinatura de convênio";
154.	Lei nº 34, de 18 de julho de 1969, que "abre crédito especial e concede auxílio doença";
155.	Lei nº 38, de 4 de setembro de 1969, que "abre crédito especial";
156.	Lei nº 43, de 12 de setembro de 1969, que "abre crédito especial, cancela dotações orçamentárias e autoriza o Executivo Municipal a firmar escritura pública de arrendamento e concessão de extração de saibro";
157.	Lei nº 46, de 10 de outubro de 1969, que "abre crédito especial de NCr\$ 3.147,41";
158.	Lei nº 47, de 13 de outubro de 1969, que "abre crédito especial de NCr\$ 3.993,09";
159.	Lei nº 60, de 5 de dezembro de 1969, que "abre crédito especial";
160.	Lei nº 63, de 5 de dezembro de 1969, que "abre crédito especial de NCr\$ 26.800,00";
161.	Lei nº 68, de 5 de dezembro de 1969, que "abre crédito especial";
162.	Lei nº 69, de 5 de dezembro de 1969, que "abre crédito especial";
163.	Lei nº 70, de 5 de dezembro de 1969, que "abre crédito especial";
164.	Lei nº 8, de 23 de abril de 1970, que "abre crédito especial e cancela verbas orçamentárias";
165.	Lei nº 17, de 5 de junho de 1970, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
166.	Lei nº 23, de 26 de junho de 1970, que "abre crédito especial e cancela dotação orçamentária";
167.	Lei nº 31, de 4 de agosto de 1970, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
168.	Lei nº 41, de 17 de setembro de 1970, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
169.	Lei nº 52, de 12 de outubro de 1970, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
170.	Lei nº 59, de 23 de novembro de 1970, que "abre crédito especial";
171.	Lei nº 61, de 23 de novembro de 1970, que "abre crédito especial";
172.	Lei nº 68, de 21 de dezembro de 1970, que "autoriza a abrir crédito especial";
173.	Lei nº 71, de 21 de dezembro de 1970, que "autoriza a abrir crédito especial";
174.	Lei nº 25, de 8 de junho de 1971, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
175.	Lei nº 26, de 8 de junho de 1971, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

176.	Lei nº 27, de 1º de junho de 1971, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
177.	Lei nº 31, de 21 de julho de 1971, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
178.	Lei nº 32, de 21 de julho de 1971, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
179.	Lei nº 34, de 10 de agosto de 1971, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
180.	Lei nº 36, de 9 de setembro de 1971, que "abre crédito especial e cancela dotação orçamentária";
181.	Lei nº 41, de 23 de setembro de 1971, que "abre crédito especial";
182.	Lei nº 45, de 14 de outubro de 1971, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
183.	Lei nº 46, de 14 de outubro de 1971, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
184.	Lei nº 47, de 14 de outubro de 1971, que "abre crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
185.	Lei nº 49, de 21 de outubro de 1971, que "ratifica e retifica termo de contrato e abre crédito especial";
186.	Lei nº 27, de 20 de junho de 1972, que "autoriza crédito especial e cancela dotação orçamentária";
187.	Lei nº 34, de 13 de junho de 1972, que "autoriza crédito especial e cancela dotação orçamentária";
188.	Lei nº 41, de 2 de agosto de 1972, que "suplementa e cancela dotações orçamentárias";
189.	Lei nº 43, de 2 de agosto de 1972, que "abre crédito especial";
190.	Lei nº 61, de 10 de novembro de 1972, que "abre crédito especial";
191.	Lei nº 62, de 10 de novembro de 1972, que "abre crédito especial";
192.	Lei nº 64, de 24 de novembro de 1972, que "autoriza abrir crédito especial e cancela dotações orçamentárias";
193.	Lei nº 71, de 12 de dezembro de 1972, que "autoriza abertura de crédito especial";
194.	Lei nº 73, de 12 de dezembro de 1972, que "abre crédito especial";
195.	Lei nº 74, de 12 de dezembro de 1972, que "abre crédito especial";
196.	Lei nº 75, de 12 de dezembro de 1972, que "abre crédito especial";
197.	Lei nº 78, de 12 de dezembro de 1972, que "abre crédito especial";
198.	Lei nº 80, de 12 de dezembro de 1972, que "abertura de crédito especial";
199.	Lei nº 81, de 12 de dezembro de 1972, que "abre crédito especial";
200.	Lei nº 82, de 12 de dezembro de 1972, que "abre crédito especial";
201.	Lei nº 100, de 30 de dezembro de 1972, que "abertura de crédito especial";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

202.	Lei nº 101, de 30 de dezembro de 1972, que "autoriza abertura de crédito especial";
203.	Lei nº 15, de 31 de agosto de 1973, que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 6.735,90";
204.	Lei nº 16, de 31 de agosto de 1973, que "abre crédito especial de Cr\$ 15.000,00";
205.	Lei nº 42, de 13 de dezembro de 1973, que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial e dá outras providências";
206.	Lei nº 44, de 17 de dezembro de 1973, que "autoriza a abertura de crédito especial e cancela dotação orçamentária";
207.	Lei nº 28, de 1º de julho de 1974, que "abre crédito especial, cancela dotações orçamentárias e aponta recurso";
208.	Lei nº 91, de 29 de novembro de 1974, que "abre crédito especial e aponta recursos";
209.	Lei nº 15, de 27 de junho de 1975, que "abre crédito especial, aponta recursos e dá outras providências";
210.	Lei nº 27, de 1º de setembro de 1975, que "abre crédito especial e dá outras providências";
211.	Lei nº 36, de 10 de outubro de 1975, que "autoriza abertura de crédito especial, aponta recursos e dá outras providências";
212.	Lei nº 68, de 23 de dezembro de 1975, que "abre crédito especial, aponta recursos e dá outras providências";
213.	Lei nº 74, de 30 de dezembro de 1975, que "abre crédito especial, cancela dotações orçamentárias, aponta recursos";
214.	Lei nº 9, de 10 de maio de 1976, que "abre crédito especial e aponta recursos";
215.	Lei nº 15, de 14 de junho de 1976, que "dispõe sobre a abertura de crédito especial e aponta recursos";
216.	Lei nº 19, de 5 de julho de 1976, que "dispõe sobre a autorização para abertura de crédito especial e dá outras providências";
217.	Lei nº 42, de 15 de julho de 1976, que "dispõe sobre a autorização para a abertura de crédito especial, crédito suplementar e dá outras providências";
218.	Lei nº 45, de 26 de agosto de 1976, que "dispõe sobre a autorização para abertura de crédito especial, crédito suplementar e dá outras providências";
219.	Lei nº 59, de 4 de outubro de 1976, que "dispõe sobre a autorização para abertura de crédito especial e dá outras providências";
220.	Lei nº 69, de 13 de outubro de 1976, que "dispõe sobre a autorização para abertura de crédito especial e dá outras providências";
221.	Lei nº 75, de 22 de outubro de 1976, que "dispõe sobre a abertura de crédito especial suplementar e aponta recursos";
222.	Lei nº 82, de 12 de novembro de 1976, que "dispõe sobre a autorização para abertura de crédito especial e dá outras providências";
223.	Lei nº 18, de 11 de abril de 1977, que "abre crédito especial e aponta recursos";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

224.	Lei nº 28, de 26 de maio de 1977, que "abre crédito especial e aponta recursos";
225.	Lei nº 45, de 18 de agosto de 1977, que "abre crédito especial e aponta recursos";
226.	Lei nº 54, de 15 de setembro de 1977, que "abre crédito especial e aponta recursos";
227.	Lei nº 90, de 13 de dezembro de 1977, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
228.	Lei nº 2, de 23 de janeiro de 1978, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recurso";
229.	Lei nº 39, de 9 de agosto de 1978, que "dispõe sobre a autorização para abertura de crédito especial e aponta recursos";
230.	Lei nº 62, de 31 de outubro de 1978, que "dispõe sobre a autorização para abertura de crédito especial e aponta recursos";
231.	Lei nº 79, de 12 de dezembro de 1978, que "dispõe sobre a autorização para abertura de crédito especial suplementar e aponta recursos";
232.	Lei nº 32, de 23 de agosto de 1979, que "dispõe sobre a autorização para abertura de crédito especial e aponta recursos";
233.	Lei nº 59, de 19 de dezembro de 1979, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
234.	Lei nº 1, de 29 de janeiro de 1980, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
235.	Lei nº 23, de 27 de maio de 1980, que "autoriza a abertura de créditos especiais suplementares e aponta recursos";
236.	Lei nº 2, de 22 de janeiro de 1981, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recurso";
237.	Lei nº 19, de 6 de maio de 1981, que "autoriza a abertura de créditos especiais e aponta recursos e dá outras providências";
238.	Lei nº 21, de 20 de maio de 1981, que "autoriza alterar valor do crédito especial aberto através da Lei Municipal nº 02/81, de 22/01/1981";
239.	Lei nº 28, de 17 de junho de 1981, que "autoriza abrir crédito especial e aponta recurso";
240.	Lei nº 29, de 24 de junho de 1981, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
241.	Lei nº 32, de 7 de julho de 1981, que "dispõe sobre a autorização para abertura de crédito especial e aponta recursos";
242.	Lei nº 41, de 28 de julho de 1981, que "autoriza alterar valor do crédito especial aberto através da Lei Municipal nº 19/81, de 6/5/1981";
243.	Lei nº 42, de 28 de julho de 1981, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
244.	Lei nº 44, de 11 de agosto de 1981, que "autoriza a abertura de créditos especiais e aponta recursos";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

245.	Lei nº 45, de 19 de agosto de 1981, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
246.	Lei nº 50, de 23 de setembro de 1981, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
247.	Lei nº 52, de 23 de setembro de 1981, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
248.	Lei nº 65, de 11 de novembro de 1981, que "autoriza alterar valor do crédito especial aberto através da Lei Municipal nº 02/81, de 22/01/81";
249.	Lei nº 76, de 26 de novembro de 1981, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
250.	Lei nº 77, de 26 de novembro de 1981, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
251.	Lei nº 86, de 14 de dezembro de 1981, que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial destinado a conceder subvenções a diversas entidades esportivas e recreativas e aponta recursos";
252.	Lei nº 93, de 14 de dezembro de 1981, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
253.	Lei nº 104, de 20 de dezembro de 1981, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
254.	Lei nº 1, de 25 de janeiro de 1982, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
255.	Lei nº 7, de 18 de março de 1982, que "autoriza abertura de crédito especial e aponta recursos";
256.	Lei nº 31, de 2 de junho de 1982, que "autoriza abertura de crédito especial e aponta recursos";
257.	Lei nº 62, de 10 de novembro de 1982, que "autoriza alterar o valor do crédito especial aberto através da Lei Municipal número 01/82, de 25/01/82";
258.	Lei nº 2, de 1º de março de 1983, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
259.	Lei nº 3, de 1º de março de 1983, que "autoriza a abertura de créditos especiais e aponta recursos";
260.	Lei nº 7, de 15 de março de 1983, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
261.	Lei nº 22, de 27 de abril de 1983, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
262.	Lei nº 26, de 11 de maio de 1983, que "autoriza a abertura de créditos especiais e aponta recursos";
263.	Lei nº 60, de 13 de setembro de 1983, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

264.	Lei nº 66, 27 de setembro de 1983, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
265.	Lei nº 13, de 18 de abril de 1984, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
266.	Lei nº 17, de 16 de maio de 1984, que "autoriza a abertura de crédito especial e aponta recursos";
267.	Lei nº 49, de 20 de junho de 1984, que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial e aponta recursos";
268.	Lei nº 70, 23 de agosto de 1984, que "autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial e aponta recursos";
269.	Lei nº 101, 14 de novembro de 1984, que "autoriza o Poder Executivo a abrir créditos especiais, aponta recursos e dá outras providências";
270.	Lei nº 4, de 11 de janeiro de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito especial, no valor de Cr\$ 60.000.000, aponta recursos e dá outras providências";
271.	Lei nº 10, de 7 de fevereiro de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 290.000.000 (duzentos e noventa milhões de cruzeiros), aponta recursos e dá outras providências";
272.	Lei nº 21, de 16 de abril de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), aponta recursos e dá outras providências";
273.	Lei nº 26, de 30 de abril de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 210.000.000, aponta recurso e dá outras providências";
274.	Lei nº 32, de 22 de maio de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 14.000.000 (quatorze milhões de cruzeiros), aponta recurso e dá outras providências";
275.	Lei nº 53, de 27 de junho de 1985, que "autoriza alterar valor do crédito especial aberto através da Lei Municipal nº 04/85, de 11/01/85";
276.	Lei nº 58, de 11 de julho de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 60.000.000, aponta recurso e dá outras providências";
277.	Lei nº 61, de 11 de julho de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 7.000.000, aponta recurso e dá outras providências";
278.	Lei nº 73, de 4 de setembro de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 5.600.000, aponta recursos e dá outras providências";
279.	Lei nº 82, de 17 de setembro de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 10.000.000, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

280.	Lei nº 86, de 1º de outubro de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cr\$ 10.000.000, aponta recurso e dá outras providências";
281.	Lei nº 106, de 6 de novembro de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 400.000.000, aponta recurso e dá outras providências";
282.	Lei nº 123, de 27 de dezembro de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cr\$ 5.000.000, aponta recurso e dá outras providências";
283.	Lei nº 131, de 30 de dezembro de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no valor de Cr\$ 184.455.061, aponta recurso e dá outras providências";
284.	Lei nº 5, de 19 de março de 1986, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cz\$ 12.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
285.	Lei nº 32, de 24 de março de 1986, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 400.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
286.	Lei nº 33, de 24 de março de 1986, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 195.849,57, aponta recurso e dá outras providências";
287.	Lei nº 34, de 30 de abril de 1986, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 60.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
288.	Lei nº 74, de 3 de setembro de 1986, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cz\$ 10.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
289.	Lei nº 77, de 10 de setembro de 1986, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cz\$ 500.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
290.	Lei nº 79, de 10 de setembro de 1986, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cz\$ 10.000,00 aponta recurso e dá outras providências";
291.	Lei nº 85, de 24 de setembro 1986, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cz\$ 120.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
292.	Lei nº 16, de 14 de abril de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cz\$ 240.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
293.	Lei nº 20, de 28 de abril de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cz\$ 120.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
294.	Lei nº 25, de 27 de maio de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cz\$ 5.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

295.	Lei nº 31, de 3 de junho de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cz\$ 520.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
296.	Lei nº 41, de 1º de julho de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cz\$ 30.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
297.	Lei nº 48, de 20 de julho de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cz\$ 1.250.000,00, aponta recurso e dá outras providências" ;
298.	Lei nº 60, de 12 de agosto de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no valor de Cz\$ 60.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
299.	Lei nº 66, de 31 de agosto de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 1.500.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
300.	Lei nº 74, de 23 de setembro de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 110.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
301.	Lei nº 103, de 29 de dezembro de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo a alterar valor do crédito adicional especial aberto através da Lei Municipal nº 48/87, de 20/07/87";
302.	Lei nº 106, de 29 de dezembro de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 384.650,00, aponta recurso e dá outras providências";
303.	Lei nº 9, de 27 de janeiro de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 4.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
304.	Lei nº 15, de 15 de março de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 50.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
305.	Lei nº 26, de 2 de maio de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 400.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
306.	Lei nº 31, de 23 de maio de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 11.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
307.	Lei nº 34, de 8 de junho de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 600.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
308.	Lei nº 45, de 18 de julho de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 620.000,00, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

309.	Lei nº 57, de 5 de agosto de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 500.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
310.	Lei nº 116, de 19 de dezembro de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cz\$ 5.500.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
311.	Lei nº 14, de 12 de abril de 1989, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 150.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
312.	Lei nº 16, de 13 de abril de 1989, que "autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 65.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
313.	Lei nº 17, de 14 de abril de 1989, que "autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 6.500,00, aponta recurso e dá outras providências";
314.	Lei nº 31, de 2 de junho de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 12.000 00, aponta recurso e dá outras providências";
315.	Lei nº 32, de 2 de junho de 1989, que "autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 7.173,32, aponta recurso e dá outras providências";
316.	Lei nº 33, de 2 de junho de 1989, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 8.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
317.	Lei nº 38, de 16 de junho de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 6.800,00, aponta recurso e dá outras providências";
318.	Lei nº 43, de 22 de junho de 1989, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 13.020,00, aponta recurso e dá outras providências";
319.	Lei nº 48, de 7 de julho de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial no valor de NCz\$ 90.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
320.	Lei nº 63, de 2 de agosto de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCZ\$ 15.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
321.	Lei nº 103, de 10 de outubro 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 3.700,00, aponta recurso e dá outras providências";
322.	Lei nº 104, de 10 de outubro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 2.560,00, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

323.	Lei nº 105, de 10 de outubro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 3.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
324.	Lei nº 108, de 10 de outubro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 1.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
325.	Lei nº 110, de 11 de outubro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 2.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
326.	Lei nº 118, de 20 de outubro de 1989, que "autoriza alterar valor do crédito especial aberto através da Lei Municipal nº 48/89, de 07/07/89";
327.	Lei nº 127, de 27 de novembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 1.300,00, aponta recurso e dá outras providências";
328.	Lei nº 138, de 1º de dezembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 1.500,00, aponta recurso e dá outras providências";
329.	Lei nº 140, de 1º de dezembro de 1989, que "autoriza ao EXECUTIVO Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 131.431,00, aponta recurso e dá outras providências";
330.	Lei nº 143, de 6 de dezembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 3.500,00, aponta recurso e dá outras providências";
331.	Lei nº 154, de 18 de dezembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 3.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
332.	Lei nº 155, de 18 de dezembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 2.500,00, aponta recurso e dá outras providências";
333.	Lei nº 166, de 18 de dezembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 50.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
334.	Lei nº 167, de 18 de dezembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 85.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
335.	Lei nº 178, de 20 de dezembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 20.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
336.	Lei nº 14, de 9 de março de 1990, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 65.000,00, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

337.	Lei nº 17, de 16 de março de 1990, que "autoriza ao Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de NCz\$ 80.300,00, aponta recurso e dá outras providências";
338.	Lei nº 37, de 22 de maio de 1990, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 300.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
339.	Lei nº 45, de 4 de junho de 1990, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 250.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
340.	Lei nº 55, de 4 de julho de 1990, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 1.053.010,00, aponta recurso e dá outras providências";
341.	Lei nº 63, de 30 de julho de 1990, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 1.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
342.	Lei nº 99, de 1º de novembro de 1990, que "autoriza o Poder Executivo a alterar valor do crédito adicional especial aberto através da Lei Municipal nº 17/90, de 16/03/90";
343.	Lei nº 127, de 26 de dezembro de 1990, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 1.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
344.	Lei nº 19, de 16 de abril de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 900.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
345.	Lei nº 36, de 27 de maio de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 1.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
346.	Lei nº 37, de 27 de maio de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo a alterar valor do crédito adicional especial aberto através da Lei Municipal nº 19/91 de 16/04/91";
347.	Lei nº 41, de 29 de maio de 1991, que "autoriza o Poder Executivo abrir crédito adicional especial no valor de Cr\$ 7.500.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
348.	Lei nº 45, de 3 de junho de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 1.129.880,00, aponta recurso e dá outras providências";
349.	Lei nº 47, de 3 de junho de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 1.200.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
350.	Lei nº 48, de 3 de junho de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo a alterar valor do crédito adicional especial aberto através da Lei Municipal nº 41/91, de 29/05/91";
351.	Lei nº 49, de 3 de junho de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 1.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

352.	Lei nº 86, de 9 de agosto de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo alterar valor do crédito adicional especial aberto através da Lei Municipal nº 49/91, de 03/06/91, e dá outras providências";
353.	Lei nº 101, de 9 de setembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 20.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
354.	Lei nº 113, de 4 de outubro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, no valor de Cr\$ 5.595.950.000,00, aponta recursos e dá outras providências";
355.	Lei nº 127, de 7 de novembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo alterar valor do crédito adicional especial aberto através da Lei Municipal nº 45/91, de 03/06/91, e dá outras providências";
356.	Lei nº 129, de 11 de novembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 4.000.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
357.	Lei nº 140, de 19 de novembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo alterar valor do crédito adicional especial aberto através da Lei Municipal nº 85/91, de 09/08/91";
358.	Lei nº 154, de 3 de dezembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, e dá outras providências";
359.	Lei nº 156, de 3 de dezembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo alterar valor do crédito adicional especial aberto através da Lei Municipal nº 19/91, de 16/04/91, alterado pela lei municipal nº 37/91, de 27/05/91";
360.	Lei nº 157, de 3 de dezembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, e dá outras providências";
361.	Lei nº 158, de 3 de dezembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, e dá outras providências";
362.	Lei nº 159, de 3 de dezembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, e dá outras providências";
363.	Lei nº 160, de 3 de dezembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, e dá outras providências";
364.	Lei nº 161, de 3 de dezembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, e dá outras providências";
365.	Lei nº 162, de 3 de dezembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, e dá outras providências";
366.	Lei nº 163, de 3 de dezembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo abrir crédito adicional especial, e dá outras providências";
367.	Lei nº 169, de 12 de dezembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo alterar valor do crédito adicional especial, aberto através da Lei Municipal nº 41/91, de 29/05/91";
368.	Lei nº 42, de 19 de maio de 1992, que "autoriza ao Poder Executivo a alterar valor do crédito adicional especial, aberto através da Lei Municipal nº 26/92, de 02/04/92, de Cr\$ 60.000.000,00 para Cr\$ 80.000.000,00";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

369.	Lei nº 122, de 13 de maio de 1992, que "autoriza ao Poder Executivo a alterar o valor do crédito adicional especial aberto através da Lei Municipal nº 35/92, de 15/04/92, de Cr\$ 135.000.000,00 para 275.000.000,00";
370.	Lei nº 32, de 14 de maio de 1993, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 1.100.000.000,00, e dá outras providências";
371.	Lei nº 52, de 13 de julho de 1993, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 100.000.000,00, e dá outras providências";
372.	Lei nº 3, de 14 de março de 1994, que "concede subvenção ao Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos - COMITESINOS";
373.	Lei nº 12, de 22 de março de 1994, que "concede subvenção à Instituição de Amparo e Assistência ao Idoso";
374.	Lei nº 17, de 13 de abril de 1994, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de Cr\$ 8.500.000,00, e dá outras providências";
375.	Lei nº 29, de 10 de maio de 1994, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito especial no orçamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo - IPASEM";
376.	Lei nº 58, de 16 de agosto de 1994, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito especial no orçamento Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo - IPASEM";
377.	Lei nº 71, de 19 de setembro de 1994, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal alterar valor do crédito adicional especial aberto através da Lei Municipal nº 03/94, de 14 de março de 1994, de Cr\$ 3.200.000,00 para R\$ 5.445,08";
378.	Lei nº 72, de 19 de setembro de 1994, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal alterar valor do crédito adicional especial aberto através da Lei Municipal nº 12/94, de 22 de março de 1994, de Cr\$ 12.000.000,00 para R\$ 21.532,23";
379.	Lei nº 4, de 12 de fevereiro de 1996, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 65.736,00 (sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e seis reais) e dá outras providências";
380.	Lei nº 62, de 29 de julho de 1996, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal alterar valor do crédito adicional especial aberto através da Lei Municipal nº 04/96, de 12 de fevereiro de 1996, de R\$ 65.736,00 para R\$ 70.536,00";
381.	Lei nº 8, de 23 de março de 1998, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e dá outras providências";
382.	Lei nº 26, de 8 de maio de 1998, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), e dá outras providências";
383.	Lei nº 255, de 21 de setembro de 1999, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e dá outras providências";
384.	Lei nº 323, de 3 de abril de 2000, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), aponta recursos e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

385.	Lei nº 434, de 23 de novembro de 2000, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), e dá outras providências";
386.	Lei nº 437, de 27 de novembro de 2000, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.028.392,00, e dá outras providências";
387.	Lei nº 471, de 5 de março de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 1.209.265,00 (um milhão, duzentos e nove mil duzentos e sessenta e cinco reais) e dá outras providências";
388.	Lei nº 475, de 12 de março de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 251.695,68 (duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos) e dá outras providências";
389.	Lei nº 477, de 12 de março de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 9.993,49 (nove mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e nove centavos) e dá outras providências";
390.	Lei nº 483, de 6 de abril de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 291.592,65, aponta recurso e dá outras providências";
391.	Lei nº 484, de 6 de abril de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 124.800,00, aponta recurso e dá outras providências";
392.	Lei nº 491, de 24 de abril de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 172.861,04, aponta recurso e dá outras providências";
393.	Lei nº 492, de 24 de abril de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 1.018.870,00, aponta recurso e dá outras providências";
394.	Lei nº 493, de 24 de abril de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 183.953,78, aponta recurso e dá outras providências";
395.	Lei nº 515, de 25 de junho de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 1.200.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
396.	Lei nº 518, de 26 de junho de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 260.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
397.	Lei nº 519, de 26 de junho de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 576.830,80, aponta recurso e dá outras providências";
398.	Lei nº 537, de 26 de julho de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 18.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
399.	Lei nº 538, de 30 de julho de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 1.700.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
400.	Lei nº 546, de 7 de agosto de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 799.409,74, aponta recurso e dá outras providências";
401.	Lei nº 547, de 7 de agosto de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 20.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
402.	Lei nº 548, de 7 de agosto de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 18.086,68, aponta recurso e dá outras providências";
403.	Lei nº 549, de 7 de agosto de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 487.559,00, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

404.	Lei nº 550, de 7 de agosto de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 226.068,48, aponta recurso e dá outras providências";
405.	Lei nº 551, de 7 de agosto de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 23.200,00, aponta recurso e dá outras providências";
406.	Lei nº 577, de 28 de agosto de 2001, que "concede auxílio financeiro à Liga Feminina de Combate ao Câncer, abre crédito adicional especial no valor de R\$ 20.400,00, aponta recurso e dá outras providências";
407.	Lei nº 598, de 22 de outubro de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 420.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
408.	Lei nº 633, de 10 de dezembro de 2001, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 36.173,35, aponta recurso e dá outras providências";
409.	Lei nº 675, de 20 de fevereiro de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 191.235,82 (cento e noventa e um mil, duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos), aponta recurso e dá outras providências";
410.	Lei nº 676, de 20 de fevereiro de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), aponta recurso e dá outras providências";
411.	Lei nº 677, de 20 de fevereiro de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 662.713,60 (seiscentos e sessenta e dois mil, setecentos e treze reais e sessenta centavos), aponta recurso e dá outras providências";
412.	Lei nº 689, de 1º de abril de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 255.758,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito reais), aponta recurso e dá outras providências";
413.	Lei nº 692, de 9 de abril de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), aponta recurso e dá outras providências";
414.	Lei nº 693, de 9 de abril de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), aponta recurso e dá outras providências";
415.	Lei nº 699, de 25 de abril de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 66.815,11 (sessenta e seis mil, oitocentos e quinze reais e onze centavos), aponta recurso e dá outras providências";
416.	Lei nº 704, de 13 de maio de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), aponta recurso e dá outras providências";
417.	Lei nº 705, de 13 de maio de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), aponta recurso e dá outras providências";
418.	Lei nº 716, de 13 de maio de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 105.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
419.	Lei nº 758, de 26 de setembro de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), aponta recurso e dá outras providências";
420.	Lei nº 759, de 26 de setembro de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 9.344,00 (nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais), aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

421.	Lei nº 808, de 2 de dezembro de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 15.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
422.	Lei nº 815, de 6 de dezembro de 2002, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 92.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
423.	Lei nº 878, de 25 de abril de 2003, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 115.000,00, e dá outras providências";
424.	Lei nº 891, de 6 de junho de 2003, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 24.808,00, aponta recurso e dá outras providências";
425.	Lei nº 900, de 30 de junho de 2003, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 100.700,00, e dá outras providências";
426.	Lei nº 906, de 4 de julho de 2003, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 15.000,00, e dá outras providências";
427.	Lei nº 927, de 21 de agosto de 2003, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 194.800,00, aponta recurso e dá outras providências";
428.	Lei nº 931, de 21 de agosto de 2003, que "abre créditos adicionais especiais, no valor de R\$ 533.283,00, aponta recurso e dá outras providências";
429.	Lei nº 936, de 22 de agosto de 2003, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 25.000,00, e dá outras providências";
430.	Lei nº 948, de 15 de setembro de 2003, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 105.000,00, e dá outras providências";
431.	Lei nº 1.038, de 26 de fevereiro de 2004, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 330.000,00, e dá outras providências";
432.	Lei nº 1.107, de 16 de junho de 2004, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 6.392.000,00, altera objetivo da meta das Leis Municipais nºs 555/2001, de 17 de agosto de 2001 - plano plurianual, e 970/2003, de 21 de outubro de 2003 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, e dá outras providências";
433.	Lei nº 1.112, de 25 de junho de 2004, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 45.000,00, e dá outras providências";
434.	Lei nº 1.113, de 25 de junho de 2004, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 325.217,20, e dá outras providências";
435.	Lei nº 1.115, de 25 de junho de 2004, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 45.000,00, e dá outras providências";
436.	Lei nº 1.152, de 17 de agosto de 2004, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 800.000,00, e dá outras providências";
437.	Lei nº 1.181, de 15 de outubro de 2004, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.006,00 e dá outras providências";
438.	Lei nº 1.204, de 26 de novembro de 2004, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 194.400,00, e dá outras providências";
439.	Lei nº 1.206, de 2 de dezembro de 2004, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 84.000,00, aponta recursos e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

440.	Lei nº 1.214, de 15 de dezembro de 2004, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 227.880,00, aponta recursos e dá outras providências";
441.	Lei nº 1.260, de 10 de março de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 14.000,00, e dá outras providências";
442.	Lei nº 1.262, de 17 de março de 2005, que "autoriza a abertura de crédito adicional especial, à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, até o limite que menciona, e dá outras providências";
443.	Lei nº 1.263, de 21 de março de 2005, que "autoriza a abertura de crédito adicional especial, à Secretaria Municipal de Obras Públicas, até o limite que menciona, e dá outras providências";
444.	Lei nº 1.265, de 23 de março de 2005, que "autoriza a abertura de crédito adicional especial, à Secretaria Municipal de Educação e Desporto, até o limite que menciona, e dá outras providências";
445.	Lei nº 1.268, de 9 de maio de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 24.830,30, e dá outras providências";
446.	Lei nº 1.269, de 16 de maio de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 53.900,00, e dá outras providências";
447.	Lei nº 1.271, de 23 de maio de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 144.000,00, e dá outras providências";
448.	Lei nº 1.273, de 24 de maio de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 14.000,00, e dá outras providências";
449.	Lei nº 1.285, de 18 de julho de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 96.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
450.	Lei nº 1.289, de 21 de julho de 2005, que "abre crédito adicional especial, suplementa dotações orçamentárias, aponta recurso e dá outras providências";
451.	Lei nº 1.293, de 12 de agosto de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 2.521.000,00, e dá outras providências";
452.	Lei nº 1.294, de 17 de agosto de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 81.000,00, e dá outras providências";
453.	Lei nº 1.302, de 6 de setembro de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 565.020,00, e dá outras providências";
454.	Lei nº 1.318, de 9 de novembro de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 550.000,00, e dá outras providências";
455.	Lei nº 1.330, de 6 de dezembro de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 48.000,00, e dá outras providências";
456.	Lei nº 1.341, de 19 de dezembro de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 3.095,13, e dá outras providências";
457.	Lei nº 1.342, de 19 de dezembro de 2005, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 30.788,00, e dá outras providências";
458.	Lei nº 1.364, de 16 de fevereiro de 2006, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 450.538,00 e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

459.	Lei nº 1.383, de 11 de abril de 2006, que "inclui dispositivos nas Leis Municipais nºs 1.321/2005, de 11 de novembro de 2005, e 1.305/2005, de 30 de setembro de 2005, abre crédito adicional especial na Lei nº 1.361/2005, de 30 de dezembro de 2005, e dá outras providências";
460.	Lei nº 1.393, de 17 de maio de 2006, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 190.800,00, e dá outras providências";
461.	Lei nº 1.398, de 23 de maio de 2006, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 18.690,00, e dá outras providências";
462.	Lei nº 1.399, de 23 de maio de 2006, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 28.512,00, e dá outras providências";
463.	Lei nº 1.423, de 5 de julho de 2006, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 179.913,41, e dá outras providências";
464.	Lei nº 1.427, de 11 de julho de 2006, que "abre crédito adicional especial na Lei Municipal nº 1.361/2005, de 30 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2006, e dá outras providências";
465.	Lei nº 1.430, de 14 de julho de 2006, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.000,00, e dá outras providências";
466.	Lei nº 1.431, de 14 de julho de 2006, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 53.580,00, e dá outras providências";
467.	Lei nº 1.432, de 14 de julho de 2006, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 22.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
468.	Lei nº 1.433, de 14 de julho de 2006, que "abre crédito adicional especial na Lei Municipal nº 1.361/2005, de 30 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Novo Hamburgo para o exercício de 2006, e dá outras providências";
469.	Lei nº 1.438, de 1º de agosto de 2006, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 880.000,00, e dá outras providências";
470.	Lei nº 1.459, de 27 de setembro de 2006, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 150.000,00, e dá outras providências";
471.	Lei nº 1.492, de 20 de setembro de 2006, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 177.000,00, e dá outras providências";
472.	Lei nº 1.507, de 15 de dezembro de 2006, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 85.000,00, e dá outras providências";
473.	Lei nº 1.557, de 19 de março de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 78.000,00, e dá outras providências";
474.	Lei nº 1.570, de 9 de abril de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 260.000,00, e dá outras providências";
475.	Lei nº 1.597, de 4 de junho de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 17.800,00, e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

476.	Lei nº 1.601, de 14 de junho de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 234.652,00, e dá outras providências";
477.	Lei nº 1.604, de 20 de junho de 2007, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, autoriza a abertura de crédito adicional especial até o limite que menciona e dá outras providências";
478.	Lei nº 1.611, de 12 de julho de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 25.000,00, e dá outras providências";
479.	Lei nº 1.623, de 30 de julho de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 9.679,33, e dá outras providências";
480.	Lei nº 1.632, de 6 de agosto de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 18.360,00, e dá outras providências";
481.	Lei nº 1.636, de 10 de agosto de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 741.000,00, e dá outras providências";
482.	Lei nº 1.648, de 28 de agosto de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 85.000,00, e dá outras providências";
483.	Lei nº 1.656, de 10 de setembro de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 159.840,00, e dá outras providências";
484.	Lei nº 1.668, de 9 de outubro de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 733.562,00, e dá outras providências";
485.	Lei nº 1.679, de 19 de outubro de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.000,00, e dá outras providências";
486.	Lei nº 1.686, de 29 de outubro de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 18.750,00, e dá outras providências";
487.	Lei nº 1.709, de 30 de novembro de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 4.500,00, e dá outras providências";
488.	Lei nº 1.720, de 7 de dezembro de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 139.313,32, e dá outras providências";
489.	Lei nº 1.721, de 10 de dezembro de 2007, que "concede auxílio financeiro ao Conselho Comunitário Pró Segurança Pública de Novo Hamburgo - CONSEPRO, autorizada a abertura de crédito adicional especial à Secretaria de Segurança, Trânsito e Transporte - SEMTRAS, até o limite que menciona e dá outras providências";
490.	Lei nº 1.728, de 17 de dezembro de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 9.009,40, e dá outras providências";
491.	Lei nº 1.741, de 26 de dezembro de 2007, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 3.000,00, e dá outras providências";
492.	Lei nº 1.787, de 17 de março de 2008, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 621.024,00 e dá outras providências";
493.	Lei nº 1.797, de 31 de março de 2008, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 123.000,00 e dá outras providências";
494.	Lei nº 1.801, de 4 de abril de 2008, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 3.820,00 e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

495.	Lei nº 1.802, de 4 de abril de 2008, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 360.000,00 e dá outras providências";
496.	Lei nº 1.807, de 18 de abril de 2008, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 151.125,00 e dá outras providências";
497.	Lei nº 1.808, de 18 de abril de 2008, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 130.000,00 e dá outras providências";
498.	Lei nº 1.817, de 28 de abril de 2008, que "abre crédito adicional especial, no valor R\$ 244.000,00, e dá outras providências";
499.	Lei nº 1.818, de 28 de abril de 2008, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 2.479,35 e dá outras providências";
500.	Lei nº 1.824, de 9 de maio de 2008, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.093.500,00 e dá outras providências";
501.	Lei nº 1.840, de 30 de maio de 2008, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 5.000,00 e dá outras providências";
502.	Lei nº 1.841, de 30 de maio de 2008, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 600,00 e dá outras providências";
503.	Lei nº 1.842, de 30 de maio de 2008, que ""abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.368.610,00 e dá outras providências";
504.	Lei nº 1.859, de 7 de julho de 2008, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 250.000,00, e dá outras providências";
505.	Lei nº 1.872, de 15 de agosto de 2008, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 228.120,00, e dá outras providências";
506.	Lei nº 1.873, de 22 de agosto de 2008, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 148.648,00, e dá outras providências";
507.	Lei nº 1.874, de 22 de agosto de 2008, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 127.324,49, e dá outras providências";
508.	Lei nº 1.875, de 22 de agosto de 2008, que "inclui dispositivos nas Leis Municipais nº 1.677/2007, de 18/10/2007, e 1.305/2005, de 30/09/2005 e abre crédito adicional especial na Lei nº 1.755/2007, de 28/12/2007, e dá outras providências";
509.	Lei nº 1.879, de 4 de setembro de 2008, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 40.000,00 e dá outras providências";
510.	Lei nº 1.881, de 5 de setembro de 2008, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 129.250,00 e dá outras providências";
511.	Lei nº 1.882, de 5 de setembro de 2008, que "inclui dispositivos nas Leis Municipais nº 1.677/2007, de 18/10/2007, e 1.305/2005, de 30/09/2005 e abre crédito adicional especial na Lei nº 1.755/2007, de 28/12/2007 e dá outras providências";
512.	Lei nº 1.895, de 6 de outubro de 2008, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 781.704,00, e dá outras providências";
513.	Lei nº 1.909, de 19 de novembro de 2008, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 30.000,00 e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

514.	Lei nº 1.921, de 12 de dezembro de 2008, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 75.250,00 e dá outras providências";
515.	Lei nº 1.969, de 3 de abril de 2009, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 606.801,47 e dá outras providências";
516.	Lei nº 1.972, de 17 de abril de 2009, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 164.800,00 e dá outras providências";
517.	Lei nº 1.977, de 8 de maio de 2009, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 394.866,85 e dá outras providências";
518.	Lei nº 1.993, de 8 de julho de 2009, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 13.747,07 e dá outras providências";
519.	Lei nº 1.995, de 10 de julho de 2009, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 529.935,00, e dá outras providências";
520.	Lei nº 1.997, de 27 de julho de 2009, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 75.250,00 e dá outras providências";
521.	Lei nº 2.001, de 17 de agosto de 2009, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.200.000,00 e dá outras providências";
522.	Lei nº 2.003, de 25 de agosto de 2009, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 536.048,89, e dá outras providências";
523.	Lei nº 2.018, de 16 de outubro de 2009, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 688.465,63, e dá outras providências";
524.	Lei nº 2.019, de 16 de outubro de 2009, que "abre créditos adicionais especiais na lei orçamentária municipal, e dá outras providências";
525.	Lei nº 2.027, de 3 de novembro de 2009, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 260.339,32 e dá outras providências";
526.	Lei nº 2.029, de 4 de novembro de 2009, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 6.038.000,00 e dá outras providências";
527.	Lei nº 2.045, de 15 de dezembro de 2009, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$120.000,00, e dá outras providências";
528.	Lei nº 2.119, de 31 de março de 2010, que "abre créditos adicionais especiais na Lei Municipal nº 2.096/2009, no valor englobado de R\$ 3.435.388,00, e dá outras providências";
529.	Lei nº 2.128, de 6 de abril de 2010, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 8.400,00, e dá outras providências";
530.	Lei nº 2.131, de 6 de abril de 2010, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 3.287.258,13 e dá outras providências";
531.	Lei nº 2.140, de 3 de maio de 2010, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 267.289,70, e dá outras providências";
532.	Lei nº 2.149, de 27 de maio de 2010, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.039.410,00, e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

533.	Lei nº 2.170, de 24 de agosto de 2010, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 120.000,00 e dá outras providências";
534.	Lei nº 2.171, de 1º de setembro de 2010, que "abre crédito adicional especial na Lei Municipal nº 2.096/2009, no valor de R\$ 30.000,00, e dá outras providências";
535.	Lei nº 2.172, de 1º de setembro de 2010, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 217.400,00, na Lei Municipal nº 2.096/2009, de 24/12/2009, e dá outras providências";
536.	Lei nº 2.173, de 1º de setembro de 2010, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 18.000,00, e dá outras providências";
537.	Lei nº 2.174, de 1º de setembro de 2010, que "abre crédito adicional especial na Lei Municipal nº 2.096/2009, no valor de R\$ 108.695,96, e dá outras providências";
538.	Lei nº 2.175, de 1º de setembro de 2010, que "altera dispositivo da Lei Municipal nº 2.119/2010, de 31/03/2010, que "abre créditos adicionais especiais na Lei Municipal nº 2.096/2009, no valor englobado de R\$ 3.435.388,00, e dá outras providências";
539.	Lei nº 2.179, de 15 de setembro de 2010, que "abre crédito adicional especial na Lei Municipal nº 2.096/2009, no valor de R\$ 1.068.465,63 e dá outras providências";
540.	Lei nº 2.192, de 29 de outubro de 2010, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 222.145,85, e dá outras providências";
541.	Lei nº 2.193, de 29 de outubro de 2010, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 280.613,16, e dá outras providências";
542.	Lei nº 2.208, de 26 de novembro de 2010, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.760.000,00, e dá outras providências";
543.	Lei nº 2.210, de 30 de novembro de 2010, que "abre crédito adicional especial na Lei Municipal nº 2.096/2009, no valor de R\$ 493.100,00, e dá outras providências";
544.	Lei nº 2.253, de 29 de dezembro de 2010, que "autoriza a abrir crédito adicional especial na lei orçamentária anual para o exercício de 2011, no valor de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e dá outras providências";
545.	Lei nº 2.254, de 29 de dezembro de 2010, que "autoriza a abrir crédito adicional especial na lei orçamentária anual para o exercício de 2011, no valor de até R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), e dá outras providências";
546.	Lei nº 2.279, de 13 de maio de 2011, que "abre crédito especial no valor de R\$ 156.000,00, e dá outras providências";
547.	Lei nº 2.280, de 18 de maio de 2011, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 3.795.224,48 e dá outras providências";
548.	Lei nº 2.317, de 29 de agosto de 2011, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 10.000,00, e dá outras providências";
549.	Lei nº 2.319, de 6 de setembro de 2011, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 350.000,00, e dá outras providências";
550.	Lei nº 2.345, de 31 de outubro de 2011, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 6.718.000,00 e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

551.	Lei nº 2.347, de 8 de novembro de 2011, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 189.824,73, e dá outras providências";
552.	Lei nº 2.348, de 8 de novembro de 2011, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 387.980,46, e dá outras providências";
553.	Lei nº 2.353, de 29 de novembro de 2011, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 144.000,00, e dá outras providências";
554.	Lei nº 2.410, de 2 de abril de 2012, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 92.000,00, e dá outras providências";
555.	Lei nº 2.419, de 4 de abril de 2012, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 747.062,66, e dá outras providências";
556.	Lei nº 2.422, de 18 de abril de 2012, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 18.000,00, e dá outras providências";
557.	Lei nº 2.427, de 4 de maio de 2012, que "altera os dispositivos na Lei Municipal nº 2.422/2012, na Lei Municipal nº 2.419/2012 e na Lei Municipal nº 2.410/2012, e dá outras providências";
558.	Lei nº 2.435, de 13 de junho de 2012, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 2.599.714,75, e dá outras providências";
559.	Lei nº 2.453, de 6 de agosto de 2012, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 220.000,00 e dá outras providências";
560.	Lei nº 2.455, de 6 de agosto de 2012, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 2.070.000,00 e dá outras providências";
561.	Lei nº 2.458, de 9 de agosto de 2012, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 286.466,14 e dá outras providências";
562.	Lei nº 2.464, de 30 de agosto de 2012, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 44.667,12, e dá outras providências";
563.	Lei nº 2.467, de 11 de outubro de 2012, que "abre crédito adicional especial no valor de R\$ 489.373,29, e dá outras providências";
564.	Lei nº 2.470, de 16 de outubro de 2012, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 316.590,00, e dá outras providências";
565.	Lei nº 2.471, de 16 de outubro de 2012, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 70.135,39, e dá outras providências";
566.	Lei nº 2.472, de 16 de outubro de 2012, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 99.383,25, e dá outras providências";
567.	Lei nº 2.473, de 16 de outubro de 2012, que "abre crédito adicional especial, no valor de R\$ 271.949,78, e dá outras providências".



Anexo V

1.	Lei nº 23, de 25 de junho de 1948, que "concede um auxílio ao artista operário Hildo dos Santos";
2.	Lei nº 29, de 29 de setembro de 1948, que "autoriza uma subvenção de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) mensais ao Curso Ginásial Noturno 'Alberto Severo'";
3.	Lei nº 81, de 1º de junho de 1951, que "autoriza contribuição para pagamento de aluguel do prédio ocupado pela Agência Postal de Hamburgo Velho";
4.	Lei nº 9, de 5 de junho de 1952, que "concede auxílio ao núcleo local do Círculo Gaúcho de Orquidófilos e abre crédito especial de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros)";
5.	Lei nº 46, de 2 de outubro de 1953, que "concede auxílio";
6.	Lei nº 73, de 9 de junho de 1954, que "concede auxílio à Escola Evangélica (Ernesto Klohs) de Lomba Grande";
7.	Lei nº 105, de 30 de novembro de 1955, que "concede auxílio ao Núcleo de Novo Hamburgo do Círculo Gaúcho de Orquidófilos";
8.	Lei nº 123, de 29 de setembro de 1959, que "dispõe sobre o pagamento de auxílio à Associação Filatélica e Numismática de Novo Hamburgo";
9.	Lei nº 14, de 11 de junho de 1966, que "concede auxílio e indica recursos";
10.	Lei nº 30, de 3 de julho de 1969, que "concede auxílio à Fundação Cidade do Menor 'São João Bosco', de Novo Hamburgo e abre crédito especial";
11.	Lei nº 62, de 5 de dezembro de 1969, que "concede auxílio ao Núcleo Orquidófilo de Novo Hamburgo e abre crédito especial";
12.	Lei nº 66, de 5 de dezembro de 1969, que "concede auxílio à Associação de Pais e Mestres do Ginásio Estadual 'Leopoldo Petry' e abre crédito suplementar";
13.	Lei nº 67, de 5 de dezembro de 1969, que "concede auxílio à Sociedade de Assistência aos Necessitados - 'SAN', e abre crédito especial";
14.	Lei nº 65, de 23 de novembro de 1970, que "dispõe sobre concessão de Auxílio Escolar ao Educando de Ensino Médio dos Estabelecimentos Particulares de Ensino e Auxílio aos Estabelecimentos Particulares de Ensino Primário e/ou Pré-primário";
15.	Lei nº 3, de 3 de abril de 1973, que "concede auxílio";
16.	Lei nº 10, de 6 de junho de 1975, que "autoriza concessão de auxílio ao Esporte Clube Novo Hamburgo, abre crédito especial, cancela dotações orçamentárias e dá outras providências";
17.	Lei nº 78, de 4 de dezembro de 1978, que "concede auxílio";
18.	Lei nº 42, de 17 de outubro de 1979, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro à Metroplan, e dá outras providências";
19.	Lei nº 81, de 20 de novembro de 1980, que "autoriza concessão de auxílio financeiro à Fundação Cidade do Menor São João Bosco e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

20.	Lei nº 83, de 20 de novembro de 1980, que "autoriza concessão de auxílio financeiro à Associação de Diretores de Jornais do Interior do Rio Grande do Sul - ADJORI e dá outras providências";
21.	Lei nº 1, de 22 de janeiro de 1981, que "autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio e subvenções a diversas entidades e dá outras providências";
22.	Lei nº 92, de 14 de dezembro de 1981, que "autoriza concessão de auxílio financeiro ao Lar da Menina, mantido pela Fundação Cidade do Menor São João Bosco, e dá outras providências";
23.	Lei nº 2, de 25 de janeiro de 1982, que "autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio e subvenções a diversas entidades e dá outras providências";
24.	Lei nº 9, de 24 de março de 1982, que "autoriza o Poder Executivo a conceder auxílios e subvenções a entidades educacionais e culturais";
25.	Lei nº 44, de 22 de julho de 1983, que "autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio e subvenções a diversas entidades e dá outras providências";
26.	Lei nº 61, de setembro de 1983, que "revoga Lei Municipal nº 89/80, de 18/12/80";
27.	Lei nº 112, de 19 de dezembro de 1983, que "dispõe sobre a concessão de auxílio universitário e de estágios de estudantes na Administração Municipal e dá outras providências";
28.	Lei nº 23, de 30 de maio de 1984, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílios e subvenções a diversas entidades e dá outras providências";
29.	Lei nº 51, de 27 de junho de 1985, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílios e subvenções às entidades que menciona, e dá outras providências";
30.	Lei nº 52, de 25 de junho de 1986, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona, e dá outras providências";
31.	Lei nº 58, de 7 de agosto de 1987, que "autoriza ao Poder Executivo conceder subvenções a entidades que menciona e dá outras providências";
32.	Lei nº 36, de 8 de junho de 1988, que "autoriza ao Poder Executivo conceder subvenções a entidades que menciona, e dá outras providências";
33.	Lei nº 75, de 21 de agosto de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona, e dá outras providências";
34.	Lei nº 124, de 15 de novembro de 1989, que "autoriza ao Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à 76ª Zona Eleitoral-NH nas condições que especifica, e dá outras providências";
35.	Lei nº 145, de 11 de dezembro de 1989, que "altera dispositivos da Lei Municipal nº 112/83, de 19 de dezembro de 1983, que dispõe sobre a concessão de auxílio universitário e de estágios de estudantes na Administração Municipal e dá outras providências";
36.	Lei nº 7, de 9 de fevereiro de 1990, que "concede auxílio";
37.	Lei nº 80, de 24 de setembro de 1990, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílio financeiro à 76ª Zona Eleitoral-NH nas condições que especifica, e dá outras providências";



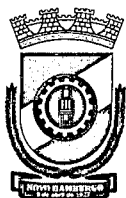
Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

38.	Lei nº 26, de 8 de maio de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílio ao 3º BPM Btl Cel. Travassos nas condições que especifica, e dá outras providências";
39.	Lei nº 64, de 5 de julho de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo a contribuir com a Associação dos Municípios da Grande Porto Alegre";
40.	Lei nº 66, de 15 de julho de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílio financeiro ao Coral Argentum de Novo Hamburgo nas condições que especifica, e dá outras providências";
41.	Lei nº 81, de 2 de agosto de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílio à União das Associações Comunitárias de Novo Hamburgo - UAC, e dá outras providências";
42.	Lei nº 118, de 10 de outubro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílio ao Sindicato dos Bancários de Novo Hamburgo nas condições que especifica, e dá outras providências";
43.	Lei nº 128, de 11 de novembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílio financeiro à Associação do Bem-Estar do Menor de Novo Hamburgo - ASBEM, nas condições que especifica, e dá outras providências";
44.	Lei nº 131, de 11 de novembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílio ao 32 BPM Btl. Cel. Travassos nas condições que especifica, e dá outras providências";
45.	Lei nº 134, de 11 de novembro de 1991, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílio financeiro a 76ª Zona Eleitoral-NH nas condições que especifica, e dá outras providências";
46.	Lei nº 19, de 10 de março de 1992, que "concede auxílio financeiro a Associação Hospitalar Novo Hamburgo, e dá outras providências";
47.	Lei nº 25, de 31 de março de 1992, que "dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro e dá outras providências";
48.	Lei nº 26, de 2 de abril de 1992, que "concede auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Novo Hamburgo";
49.	Lei nº 35, de 15 de abril de 1992, que "dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro a Fundação Cultural de Novo Hamburgo e dá outras providências";
50.	Lei nº 36, de 16 de abril de 1992, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílio à Associação de Moradores da Vila Esmeralda nas condições que especifica, e dá outras providências";
51.	Lei nº 37, de 16 de abril de 1992, que "concede auxílio financeiro a Instituição de Amparo e Assistência ao Idoso de Novo Hamburgo";
52.	Lei nº 50, de 1º de junho de 1992, que "concede auxílio financeiro a Associação dos Deficientes Físicos de Novo Hamburgo";
53.	Lei nº 51, de 1º de junho de 1992, que "concede auxílio financeiro a Associação Beneficente Floresta";
54.	Lei nº 52, de 1º de junho de 1992, que "concede auxílio financeiro ao Centro Tratamento Alcoolismo do Vale dos Sinos";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

55.	Lei nº 53, de 1º de junho de 1992, que "dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro e dá outras providências";
56.	Lei nº 54, de 1º de junho de 1992, que "concede auxílio financeiro à Sociedade Evangélica Beneficente Ebenezer";
57.	Lei nº 55, de 1º de junho de 1992, que "concede auxílio financeiro à Sociedade Beneficente Mães Pobres de Novo Hamburgo";
58.	Lei nº 56, de 4 de junho de 1992, que "concede auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador";
59.	Lei nº 58, de 9 de junho de 1992, que "Concede auxílio financeiro à Sociedade Beneficente Paulo de Tarso";
60.	Lei nº 61, de 12 de junho de 1992, que "altera redação do artigo 1º da Lei Municipal nº 19/92, de 10 de março de 1992, que concede auxílio financeiro à Associação Hospitalar Novo Hamburgo e dá outras providências";
61.	Lei nº 62, de 12 de junho de 1992, que "concede auxílio financeiro à Associação Comunitária do Residencial Alpes do Vale";
62.	Lei nº 112, de 1º de outubro de 1992, que "autoriza ao Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à 76ª Zona Eleitoral-NH nas condições que especifica, e dá outras providências";
63.	Lei nº 137, de 17 de dezembro de 1992, que "autoriza ao Poder Executivo conceder auxílio financeiro ao Ministério do Exército III EX 3ª RM - 8ª CSM - 6ª DSM Novo Hamburgo nas condições que especifica, e dá outras providências";
64.	Lei nº 19, de 19 de abril de 1993, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à 76ª Zona Eleitoral-NH nas condições que especifica, e dá outras providências";
65.	Lei nº 27, de 10 de maio de 1993, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro ao CONSEPRO nas condições que especifica, e dá outras providências";
66.	Lei nº 69, de 3 de setembro de 1993, que "concede subvenção à Associação dos Deficientes Físicos de Novo Hamburgo - ADEFI";
67.	Lei nº 70, de 3 de setembro de 1993, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado, nas condições que especifica e dá outras providências";
68.	Lei nº 85, de 14 de outubro de 1993, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona, e dá outras providências";
69.	Lei nº 86, de 18 de outubro de 1993, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção financeira à Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas de Novo Hamburgo nas condições que especifica, e dá outras providências";
70.	Lei nº 108, de 14 de dezembro de 1993, que "concede auxílio financeiro à Associação Comunitária Bairro Jardim Mauá";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

71.	Lei nº 2, de 14 de março de 1994, que "concede subvenção ao Centro Filantrópico Educacional Cristão";
72.	Lei nº 26, de 5 de maio de 1994, que "concede subvenção a Associação dos Deficientes Físicos de Novo Hamburgo - ADEFI";
73.	Lei nº 28, de 10 de maio de 1994, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, nas condições que especifica, e dá outras providências";
74.	Lei nº 51, de 26 de julho de 1994, que "concede subvenção à Liga Feminina de Combate ao Câncer";
75.	Lei nº 75, de 6 de outubro de 1994, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona, e dá outras providências";
76.	Lei nº 84, de 24 de outubro de 1994, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Associação Hospitalar Novo Hamburgo nas condições que especifica, e dá outras providências";
77.	Lei nº 89, de 7 de novembro de 1994, que "concede subvenção ao SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial";
78.	Lei nº 90, de 7 de novembro de 1994, que "concede auxílio financeiro à Associação Hospitalar Novo Hamburgo e dá outras providências";
79.	Lei nº 12, de 20 de abril de 1995, que "concede subvenção ao Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos - COMITESINOS";
80.	Lei nº 14, de 28 de abril de 1995, que "concede subvenção à Instituição de Amparo e Assistência ao Idoso";
81.	Lei nº 16, de 2 de maio de 1995, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, nas condições que especifica, e dá outras providências";
82.	Lei nº 20, de 9 de maio de 1995, que "concede subvenção à Associação dos Deficientes Físicos de Novo Hamburgo - ADEFI";
83.	Lei nº 41, de 17 de julho de 1995, que "concede subvenção à Liga Feminina de Combate ao Câncer";
84.	Lei nº 63, de 9 de outubro de 1995, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, nas condições que especifica, e dá outras providências";
85.	Lei nº 92, de 18 de dezembro de 1995, que "autoriza o Poder Executivo Municipal, a conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona, e dá outras providências";
86.	Lei nº 6, de 26 de fevereiro de 1996, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro ao Olaria Futebol Clube, nas condições que especifica, e dá outras providências";
87.	Lei nº 21, de 26 de abril de 1996, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro À Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, nas condições que especifica, e dá outras providências";



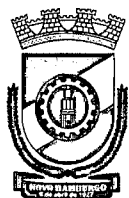
Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

88.	Lei nº 38, de 3 de junho de 1996, que "concede subvenções à Associação dos Deficientes Físicos de Novo Hamburgo - ADEFI";
89.	Lei nº 40, de 4 de junho de 1996, que "concede subvenção ao Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos - COMITESINOS";
90.	Lei nº 49, de 17 de junho de 1996, que "altera redação do 'caput' do artigo 1º da Lei Municipal nº 19/92, de 10 de março de 1992, que concede auxílio financeiro à Associação Hospitalar Novo Hamburgo e dá outras providências";
91.	Lei nº 55, de 1º de julho de 1996, que "concede subvenção à Liga Feminina de Combate ao Câncer";
92.	Lei nº 66, de 2 de agosto de 1996, que "concede subvenção à Instituição de Amparo e Assistência ao Idoso";
93.	Lei nº 67, de 2 de agosto de 1996, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Associação Hamburguesa de Futebol Amador - AHFA, nas condições que especifica, e dá outras providências";
94.	Lei nº 68, de 2 de agosto de 1996, que "concede auxílio financeiro à Associação Hospitalar Novo Hamburgo e dá outras providências";
95.	Lei nº 77, de 26 de agosto de 1996, que "concede subvenção à Fundação Cidade do Menor São João Bosco";
96.	Lei nº 82, de 6 de setembro de 1996, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à 76ª Zona Eleitoral-NH nas condições que especifica, e dá outras providências";
97.	Lei nº 91, de 24 de setembro de 1996, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Associação do Bem-Estar do Menor - ASBEM, nas condições que especifica, e dá outras providências";
98.	Lei nº 92, de 24 de setembro de 1996, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro ao Centro de Aconselhamento, Amparo e Reintegração de Meninos de Rua do Vale - Casa Acolher, nas condições que especifica, e dá outras providências";
99.	Lei nº 126, de 17 de dezembro de 1996, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona, e dá outras providências";
100.	Lei nº 23, de 2 de maio de 1997, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, nas condições que especifica, e dá outras providências";
101.	Lei nº 25, de 12 de maio de 1997, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à AMA - Associação da Criança de Rua - Meninos do Amanhecer, nas condições que especifica, e dá outras providências";
102.	Lei nº 37, de 29 de maio de 1997, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona, e dá outras providências";
103.	Lei nº 41, de 16 de junho de 1997, que "autoriza concessão de ajuda financeira e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

104.	Lei nº 43, de 19 de junho de 1997, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, nas condições que especifica, e dá outras providências";
105.	Lei nº 84, de 25 de agosto de 1997, que "autoriza concessão de subvenção à Fundação Cidade do Menor São João Bosco";
106.	Lei nº 107, de 15 de setembro de 1997, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal prestar auxílio a órgãos de segurança pública e dá outras providências";
107.	Lei nº 126, de 13 de outubro de 1997, que "concede subvenção à Associação dos Deficientes Físicos de Novo Hamburgo - ADEFI";
108.	Lei nº 172, de 12 de dezembro de 1997, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Associação Pró Ocupação do Aposentado - APOA, nas condições que especifica, e dá outras providências";
109.	Lei nº 14, de 14 de abril de 1998, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, nas condições que especifica e dá outras providências";
110.	Lei nº 16, de 20 de abril de 1998, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, nas condições que especifica, e dá outras providências";
111.	Lei nº 43, de 22 de junho de 1998, que "concede auxílio financeiro à Comunidade Terapêutica Fazenda Renascer";
112.	Lei nº 53, de 6 de julho de 1998, que "concede auxílio financeiro à Associação Hospitalar Novo Hamburgo";
113.	Lei nº 94, de 21 de setembro de 1998, que "concede subvenção à Fundação Cidade do Menor São João Bosco";
114.	Lei nº 95, de 24 de setembro de 1998, que "autoriza concessão de ajuda financeira e dá outras providências";
115.	Lei nº 104, de 5 de outubro de 1998, que "autoriza concessão de verba à Justiça Eleitoral para pagamento de alimentação e outros";
116.	Lei nº 124, de 9 de novembro de 1998, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona e dá outras providências";
117.	Lei nº 168, de 1º de março de 1999, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, nas condições que especifica, e dá outras providências";
118.	Lei nº 186, de 12 de abril de 1999, que "concede auxílio financeiro à Associação Hospitalar de Novo Hamburgo";
119.	Lei nº 192, de 20 de abril de 1999, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, nas condições que especifica, e dá outras providências";
120.	Lei nº 202, de 25 de maio de 1999, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro ao Instituto dos Meninos Cantores de Novo Hamburgo, nas condições que especifica, e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

121.	Lei nº 216, de 14 de junho de 1999, que "concede subvenções à Liga Feminina de Combate ao Câncer";
122.	Lei nº 219, de 14 de junho de 1999, que "concede subvenção à Associação dos Profissionais das Artes e Técnicos Afins - APRATA";
123.	Lei nº 233, de 28 de julho de 1999, que "autoriza concessão de ajuda financeira e dá outras providências - Grupo de Teatro Renascer de Terceira Idade";
124.	Lei nº 240, de 10 de agosto de 1999, que "autoriza concessão de ajuda financeira e dá outras providências - Centro de Tradições Gaúchas Terra Nativa";
125.	Lei nº 256, de 21 de setembro de 1999, que "concede subvenção à Fundação Cidade do Menor São João Bosco";
126.	Lei nº 270, de 18 de outubro de 1999, que "autoriza concessão de ajuda financeira e dá outras providências";
127.	Lei nº 272, de 25 de outubro de 1999, que "autoriza concessão de ajuda financeira e dá outras providências";
128.	Lei nº 284, de 3 de dezembro de 1999, que "autoriza concessão de ajuda financeira e dá outras providências";
129.	Lei nº 286, de 6 de dezembro de 1999, que "altera redação do 'caput' e § 1º do artigo 1º da Lei Municipal nº 219/99, de 14 de junho de 1999, que concede subvenção à Associação dos Profissionais das Artes e Técnicos Afins - APRATA, e dá outras providências";
130.	Lei nº 293, de 14 de dezembro de 1999, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona e dá outras providências";
131.	Lei nº 300, de 16 de dezembro de 1999, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, nas condições que especifica, e dá outras providências";
132.	Lei nº 301, de 16 de dezembro de 1999, que "autoriza concessão de ajuda financeira ao Conselho da Comunidade da Comarca de Novo Hamburgo e dá outras providências";
133.	Lei nº 313, de 1º de março de 2000, que "autoriza concessão de ajuda financeira à Comunidade Evangélica Conf. Luterana Bom Pastor - IECLB - Sínodo Rio dos Sinos e dá outras providências";
134.	Lei nº 315, de 13 de março de 2000, que "autoriza concessão de ajuda financeira e dá outras providências";
135.	Lei nº 316, de 13 de março de 2000, que "autoriza concessão de ajuda financeira e dá outras providências - CTG Porteira Velha";
136.	Lei nº 330, de 14 de abril de 2000, que "autoriza concessão de ajuda financeira e dá outras providências";
137.	Lei nº 346, de 23 de maio de 2000, que "concede auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, abre crédito adicional especial, nas condições que especifica, e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

138.	Lei nº 353, de 31 de maio de 2000, que "acrescenta artigo 2º à Lei Municipal nº 346/2000, de 23 de maio de 2000, que concede auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, e dá outras providências";
139.	Lei nº 354, de 5 de junho de 2000, que "concede subvenção à Liga Feminina de Combate ao Câncer";
140.	Lei nº 374, de 17 de julho de 2000, que "concede subvenção à Associação dos Profissionais das Artes e Técnicos Afins - APRATA";
141.	Lei nº 382, de 31 de julho de 2000, que "autoriza concessão de verba à Justiça Eleitoral para pagamento de alimentação";
142.	Lei nº 449, de 20 de dezembro de 2000, que "concede subvenção à Fundação Cidade do Menor São João Bosco, suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
143.	Lei nº 461, de 21 de dezembro de 2000, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona e dá outras providências";
144.	Lei nº 470, de 5 de março de 2001, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação dos Profissionais das Artes e Técnicos Afins - APRATA";
145.	Lei nº 495, de 25 de abril de 2001, que "concede auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, e dá outras providências";
146.	Lei nº 575, de 17 de setembro de 2001, que "autoriza concessão de ajuda financeira e dá outras providências";
147.	Lei nº 576, de 17 de setembro de 2001, que "concede auxílio financeiro à Associação dos Deficientes Físicos de Novo Hamburgo, abre crédito adicional especial no valor de R\$ 30.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
148.	Lei nº 577, de 17 de setembro de 2001, que "concede auxílio financeiro à Liga Feminina de Combate ao Câncer, abre crédito adicional especial no valor de R\$ 20.400,00, aponta recurso e dá outras providências";
149.	Lei nº 604, de 29 de dezembro de 2001, que "autoriza concessão de ajuda financeira à Associação dos Deficientes Visuais de Novo Hamburgo e dá outras providências";
150.	Lei nº 635, de 10 de dezembro de 2001, que "concede subvenção à Associação dos Deficientes Físicos de Novo Hamburgo - ADEFI, aponta recurso e dá outras providências";
151.	Lei nº 636, de 10 de dezembro de 2001, que "concede subvenção à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Novo Hamburgo - APAE, aponta recurso e dá outras providências";
152.	Lei nº 647, de 17 de dezembro de 2001, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação dos Profissionais das Artes e Técnicos Afins - APRATA";
153.	Lei nº 648, de 17 de dezembro de 2001, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Fundação Cultural de Novo Hamburgo e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

154.	Lei nº 649, de 17 de dezembro de 2001, que "autoriza concessão de ajuda financeira e dá outras providências";
155.	Lei nº 679, de 20 de fevereiro de 2002, que "concede subvenção ao Centro de Tratamento do Alcoolismo - CTA, aponta recurso e dá outras providências";
156.	Lei nº 682, de 25 de fevereiro de 2002, que "concede subvenção à Fundação Cidade do Menor São João Bosco, aponta recurso e dá outras providências";
157.	Lei nº 683, de 25 de fevereiro de 2002, que "concede subvenção ao Instituto de Amparo e Assistência ao Idoso, aponta recurso e dá outras providências";
158.	Lei nº 713, de 7 de junho de 2002, que "concede auxílio financeiro ao Instituto dos Meninos Cantores de Novo Hamburgo, abre crédito adicional especial no valor de rs 2.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
159.	Lei nº 727, de 28 de junho de 2002, que "concede auxílio financeiro à Associação de Pais e Mestres da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, abre crédito adicional especial, aponta recurso e dá outras providência";
160.	Lei nº 757, de 13 de setembro de 2002, que "concede auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, e dá outras providências";
161.	Lei nº 777, de 4 de novembro de 2002, que "concede auxílio financeiro à Liga Feminina de Combate ao Câncer, abre crédito adicional especial no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), aponta recurso e dá outras providências";
162.	Lei nº 811, de 2 de dezembro de 2002, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona, e dá outras providências";
163.	Lei nº 823, de 9 de dezembro de 2002, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação dos Profissionais das Artes e Técnicos Afins - APRATA e dá outras providências";
164.	Lei nº 824, de 9 de dezembro de 2002, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Fundação Cultural de Novo Hamburgo e dá outras providências";
165.	Lei nº 825, de 9 de dezembro de 2002, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Sociedade de Amigos da Fundação Scheffel e dá outras providências";
166.	Lei nº 828, de 9 de dezembro de 2002, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção às entidades assistenciais que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
167.	Lei nº 829, de 9 de dezembro de 2002, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção ao Centro de Tratamento do Alcoolismo - CTA, e dá outras providências";
168.	Lei nº 857, de 24 de fevereiro de 2003, que "concede auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, e dá outras providências";
169.	Lei nº 881, de 12 de maio de 2003, que "concede auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

170.	Lei nº 882, de 12 de maio de 2003, que "concede subvenção à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Novo Hamburgo - APAE, aponta recurso e dá outras providências";
171.	Lei nº 883, de 16 de maio de 2003, que "autoriza concessão de ajuda financeira ao Movimento Tradicionalista Gaúcho e dá outras providências";
172.	Lei nº 926, de 18 de agosto de 2003, que "concede auxílio financeiro à Associação de Pais e Mestres da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, aponta recurso e dá outras providências";
173.	Lei nº 928, de 21 de agosto de 2003, que "concede auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, e dá outras providências";
174.	Lei nº 929, de 21 de agosto de 2003, que "concede subvenção à Associação dos Familiares e Amigos do Down Vinte e Um - AFAD 21, suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
175.	Lei nº 937, de 27 de agosto de 2003, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção no valor de R\$ 120.166,00 à Sociedade de Amigos da Fundação Scheffel e dá outras providências";
176.	Lei nº 938, de 28 de agosto de 2003, que "concede auxílio financeiro, abre crédito adicional especial no valor de R\$ 40.000,00, aponta recurso e dá outras providências";
177.	Lei nº 943, de 5 de setembro de 2003, que "concede auxílio financeiro à Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º e 2º Graus Pio XII - APAMEPIO, aponta recurso e dá outras providências";
178.	Lei nº 956, de 23 de setembro de 2003, que "concede subvenção ao Núcleo Vale dos Sinos de Ostomizados, aponta recurso e dá outras providências";
179.	Lei nº 969, de 20 de outubro de 2003, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Fundação Cultural 25 de julho de Novo Hamburgo, no valor de R\$ 15.385,00 (quinze mil, trezentos e oitenta e cinco reais), suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
180.	Lei nº 986, de 19 de novembro de 2003, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação do Bem Estar da Criança e do Adolescente - ASBEM, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
181.	Lei nº 987, de 19 de novembro de 2003, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) à Sociedade de Amigos da Fundação Scheffel, suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
182.	Lei nº 996, de 25 de novembro de 2003, que "concede auxílio financeiro à Sociedade Osvaldo Cruz e dá outras providências";
183.	Lei nº 1.006, de 8 de dezembro de 2003, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação dos Profissionais das Artes e Técnicos Afins - APRATA, e dá outras providências";
184.	Lei nº 1.008, de 8 de dezembro de 2003, que "autoriza concessão de ajuda financeira à Sociedade Gaúcha de Lomba Grande e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

185.	Lei nº 1.009, de 8 de dezembro de 2003, que "concede subvenção à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Novo Hamburgo - APAE, aponta recurso e dá outras providências";
186.	Lei nº 1.010, de 8 de dezembro de 2003, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Sociedade de Amigos da Fundação Scheffel e dá outras providências";
187.	Lei nº 1.011, de 8 de dezembro de 2003, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção às entidades assistenciais que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
188.	Lei nº 1.012, de 8 de dezembro de 2003, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Fundação Cultural de Novo Hamburgo, aponta recurso e dá outras providências";
189.	Lei nº 1.013, de 8 de dezembro de 2003, que "concede subvenção à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, aponta recurso e dá outras providências";
190.	Lei nº 1.016, de 9 de dezembro de 2003, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona e dá outras providências";
191.	Lei nº 1.017, de 9 de dezembro de 2003, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Liga Feminina de Combate ao Câncer de Novo Hamburgo, aponta recurso e dá outras providências";
192.	Lei nº 1.045, de 17 de março de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Fundação Cultural de Novo Hamburgo, aponta recurso e dá outras providências";
193.	Lei nº 1.054, de 30 de março de 2004, que "concede auxílio financeiro à Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo ACI/NH, aponta recurso e dá outras providências";
194.	Lei nº 1.067, de 20 de abril de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção no valor de até R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) ao Movimento Tradicionalista Gaúcho - 30ª Região Tradicionalista, aponta recurso e dá outras providências";
195.	Lei nº 1.073, de 27 de abril de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção, no valor de até R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) à Associação dos Amigos dos Carreiros de Lomba Grande, aponta recurso e dá outras providências";
196.	Lei nº 1.077, de 3 de maio de 2004, que "concede auxílio financeiro à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, e dá outras providências";
197.	Lei nº 1.086, de 12 de maio de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção, no valor de até R\$ 44.885,00 (quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), à Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul, aponta recurso e dá outras providências";
198.	Lei nº 1.100, de 4 de junho de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) à Fundação Cultural Gaúcha - MTG, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

199.	Lei nº 1.114, de 25 de junho de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), à Sociedade de Amigos da Fundação Scheffel aponta recurso e dá outras providências.";
200.	Lei nº 1.120, de 2 de julho de 2004, que "concede auxílio financeiro à Associação de Pais e Mestres da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, aponta recurso e dá outras providências";
201.	Lei nº 1.123, de 2 de julho de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílios e subvenções a entidades que menciona, e dá outras providências";
202.	Lei nº 1.125, de 2 de julho de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) à Sociedade Recreativa, Cultural e Beneficente São Luiz, aponta recurso e dá outras providências";
203.	Lei nº 1.126, de 2 de julho de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) ao CTG Porteira Velha, aponta recurso e dá outras providências";
204.	Lei nº 1.127, de 2 de julho de 2004, que "concede subvenção à Associação de Pais e Amigos do Colégio Santa Catarina, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), aponta recurso e dá outras providências";
205.	Lei nº 1.128, de 2 de julho de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ao Veteran Car Club Novo Hamburgo, aponta recurso e dá outras providências";
206.	Lei nº 1.213, de 15 de dezembro de 2004, que "autoriza repasse de recursos, na forma de subvenção, provenientes do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUNDEMA, aponta recursos e dá outras providências";
207.	Lei nº 1.230, de 27 de dezembro de 2004, que "concede subvenção à Liga Feminina de Combate ao Câncer, aponta recursos e dá outras providências";
208.	Lei nº 1.231, de 27 de dezembro de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Sociedade de Amigos da Fundação Scheffel, e dá outras providências";
209.	Lei nº 1.232, de 27 de dezembro de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação dos Profissionais das Artes e Técnicos Afins - APRATA, e dá outras providência";
210.	Lei nº 1.233, de 27 de dezembro de 2004, que "concede subvenção a entidades que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
211.	Lei nº 1.234, de 27 de dezembro de 2004, que "concede subvenção a entidades que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
212.	Lei nº 1.235, de 28 de dezembro de 2004, que "concede subvenção à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Novo Hamburgo - APAE, aponta recurso e dá outras providências";
213.	Lei nº 1.236, de 28 de dezembro de 2004, que "concede subvenção à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

214.	Lei nº 1.237, de 28 de dezembro de 2004, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Fundação Cultural de Novo Hamburgo, e dá outras providências";
215.	Lei nº 1.254, de 18 de janeiro de 2005, que "altera <i>caput</i> dos artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.231/2004, de 27 de dezembro de 2004, que concede subvenção à Sociedade de Amigos da Fundação Scheffel, e dá outras providências";
216.	Lei nº 1.256, de 3 de março de 2005, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, e dá outras providências";
217.	Lei nº 1.257, de 3 de março de 2005, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, até o limite que menciona, e dá outras providências";
218.	Lei nº 1.258, de 3 de março de 2005, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, até o limite que menciona, e dá outras providências";
219.	Lei nº 1.264, de 21 de março de 2005, que "autoriza a concessão de contribuição a entidade de natureza educacional, abre crédito adicional especial, à Secretaria Municipal de Educação e Desporto, até o limite que menciona, e dá outras providências";
220.	Lei nº 1.286, de 18 de julho de 2005, que "concede subvenção à Associação de Pais e Amigos do Colégio Santa Catarina, no valor de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), aponta recurso e dá outras providências";
221.	Lei nº 1.295, de 22 de agosto de 2005, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Sociedade dos Amigos da Fundação Scheffel de Novo Hamburgo, e dá outras providências";
222.	Lei nº 1.301, de 29 de agosto de 2005, que "autoriza concessão de subvenção à Associação on Line de Vôlei, suplementa dotação orçamentária, aponta recurso e dá outras providências";
223.	Lei nº 1.304, de 14 de setembro de 2005, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder contribuição à entidade de natureza cultural, suplementa dotação orçamentária, até o limite que menciona, e dá outras providências";
224.	Lei nº 1.308, de 14 de outubro de 2005, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação dos Profissionais das Artes e Técnicos Afins - APRATA, e dá outras providências";
225.	Lei nº 1.309, de 20 de outubro de 2005, que "concede subvenção, aponta recurso e dá outras providências - Associação Beneficente Evangélica da Floresta imperial - ABEFI";
226.	Lei nº 1.311, de 27 de outubro de 2005, que "concede subvenção à Associação dos Moradores do Bairro Lomba Grande, abre crédito adicional especial, aponta recurso e dá outras providências";



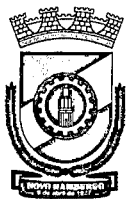
Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

227.	Lei nº 1.322, de 18 de novembro de 2005, que "concede subvenção à Equipe Voluntária Rio Grande do Sul, autoriza a abertura de crédito adicional especial, à Secretaria de Saúde - SEMSA, até o limite que menciona, e dá outras providências";
228.	Lei nº 1.323, de 18 de novembro de 2005, que "concede subvenção à Associação de Transgêneros de Novo Hamburgo, autoriza a abertura de crédito adicional especial, à Secretaria de Saúde - SEMSA, até o limite que menciona, e dá outras providências";
229.	Lei nº 1.331, de 6 de dezembro de 2005, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação Cultural de Amigos das Artes - ACAART, e dá outras providências";
230.	Lei nº 1.336, de 7 de dezembro de 2005, que "concede subvenção à Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º e 2º Graus Pio XII, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, até o limite que menciona, e dá outras providências";
231.	Lei nº 1.347, de 19 de dezembro de 2005, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder contribuição à entidade de natureza cultural, suplementa dotação orçamentária, até o limite que menciona, e dá outras providências";
232.	Lei nº 1.348, de 19 de dezembro de 2005, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção social à Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL/NH, aponta recurso e dá outras providências";
233.	Lei nº 1.349, de 19 de dezembro de 2005, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à BEMFAM - Bem-Estar Familiar no Brasil, aponta recurso e dá outras providências";
234.	Lei nº 1.350, de 19 de dezembro de 2005, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação das Entidades Recreativas, Culturais e Carnavalescas de Novo Hamburgo, e dá outras providências";
235.	Lei nº 1.351, de 19 de dezembro de 2005, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à LFCC - Liga Feminina de Combate ao Câncer, aponta recurso e dá outras providências";
236.	Lei nº 1.352, de 19 de dezembro de 2005, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação Núcleo Vale do Sinos de Ostomizados - NVSO, aponta recurso e dá outras providências";
237.	Lei nº 1.362, de 14 de fevereiro de 2006, que "concede subvenção à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Novo Hamburgo - APAE, aponta recurso e dá outras providências";
238.	Lei nº 1.365, de 21 de fevereiro de 2006, que "concede subvenção a associações que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
239.	Lei nº 1.366, de 21 de fevereiro de 2006, que "concede subvenção à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, aponta recurso e dá outras providências";
240.	Lei nº 1.368, de 21 de fevereiro de 2006, que "concede subvenção à Associação dos Moradores do Bairro Lomba Grande, aponta recurso e dá outras providências";
241.	Lei nº 1.369, de 21 de fevereiro de 2006, que "concede subvenção a associações que menciona, aponta recurso e dá outras providências";



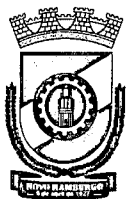
Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

242.	Lei nº 1.371, de 24 de fevereiro de 2006, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, e dá outras providências";
243.	Lei nº 1.379, de 3 de abril de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Trigésima Região Tradicionalista, aponta recurso e dá outras providências";
244.	Lei nº 1.381, de 11 de abril de 2006, que "concede subvenção ao Serviço Social da Indústria - SESI, autoriza a abertura de crédito adicional especial à Secretaria de Saúde, até o limite que menciona, e dá outras providências";
245.	Lei nº 1.382, de 11 de abril de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação dos Profissionais das Artes e Técnicas Afins - APRATA, aponta recurso e dá outras providências";
246.	Lei nº 1.384, de 19 de abril de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro ao Grêmio Sindicato dos Funcionários Municipais de Novo Hamburgo - GSFM, e dá outras providências";
247.	Lei nº 1.385, de 19 de abril de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Sociedade de Amigos da Fundação Scheffel - SAFS, aponta recurso e dá outras providências";
248.	Lei nº 1.386, de 19 de abril de 2006, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar até o limite que menciona, e dá outras providências";
249.	Lei nº 1.387, de 24 de abril de 2006, que "concede subvenção à Associação On Line de Esportes, aponta recurso e dá outras providências";
250.	Lei nº 1.388, de 2 de maio de 2006, que "dispõe sobre auxílio financeiro e de transporte ao Movimento do Setor Coureiro-Calçadista e dá outras providências";
251.	Lei nº 1.390, de 4 de maio de 2006, que "altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.371/2006, de 24 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, e dá outras providências";
252.	Lei nº 1.392, de 17 de maio de 2006, que "altera redação do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.368/2006, de 21 de fevereiro de 2006, que concede subvenção à Associação dos Moradores do Bairro Lomba Grande e dá outras providências";
253.	Lei nº 1.394, de 17 de maio de 2006, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial e dá outras providências";
254.	Lei nº 1.395, de 19 de maio de 2006, que "concede subvenção à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Affonso Penna, aponta recurso e dá outras providências";
255.	Lei nº 1.402, de 24 de maio de 2006, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro em favor da Associação Congregação de Santa Catarina, e dá outras providências";
256.	Lei nº 1.403, de 24 de maio de 2006, que "concede subvenção à Associação de Hip Hop do Vale do Sinos - AHVS e dá outras providências";
257.	Lei nº 1.409, de 6 de junho de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação dos Deficientes Visuais de Novo Hamburgo - ADEVIS/NH, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

258.	Lei nº 1.414, de 20 de junho de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Cooperativa Agrícola Mista Lomba Grande para estabelecimento de bases de cooperação mútua para operacionalização e uso de tratores, com os respectivos implementos e dá outras providências";
259.	Lei nº 1.422, de 5 de julho de 2006, que "concede subvenção à União Jovem do Rincão - UJR, aponta recurso e dá outras providências";
260.	Lei nº 1.441, de 11 de agosto de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ao Veteran Car Club Novo Hamburgo, aponta recurso e dá outras providências";
261.	Lei nº 1.442, de 14 de agosto de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Mitra da Diocese de Novo Hamburgo - Pastoral de Auxílio ao Toxicômano - PACTO/NH - Comunidade Terapêutica Senhor Jesus, aponta recurso e dá outras providências";
262.	Lei nº 1.443, de 14 de agosto de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação Tradicionalista de Novo Hamburgo, e dá outras providências";
263.	Lei nº 1.451, de 30 de agosto de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação de Assistência ao Menor em Oncologia - AMO, aponta recurso e dá outras providências";
264.	Lei nº 1.456, de 15 de setembro de 2006, que "altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.394/2006, de 17 de maio de 2006, que autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial e dá outras providências";
265.	Lei nº 1.460, de 27 de setembro de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção social a entidades que menciona e dá outras providências";
266.	Lei nº 1.461, de 27 de setembro de 2006, que "concede subvenção à Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul - LEME, aponta recurso e dá outras providências";
267.	Lei nº 1.465, de 6 de outubro de 2006, que "concede subvenção à Associação dos Moradores do Bairro Lomba Grande - AMOLOMBA, aponta recurso e dá outras providências";
268.	Lei nº 1.466, de 6 de outubro de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Sociedade de Amigos da Fundação Scheffel - SAFS e dá outras providências";
269.	Lei nº 1.479, de 31 de outubro de 2006, que "autoriza concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
270.	Lei nº 1.481, de 6 de novembro de 2006, que "concede subvenção à Associação Riograndense de Tênis - ARTÊNIS, aponta recurso e dá outras providências";
271.	Lei nº 1.484, de 13 de novembro de 2006, que "concede subvenção ao Sport Club Americano, aponta recurso e dá outras providências";
272.	Lei nº 1.485, de 13 de novembro de 2006, que "concede subvenção à Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

273.	Lei nº 1.488, de 20 de novembro de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Sociedade Gaúcha de Lomba Grande e dá outras providências";
274.	Lei nº 1.497, de 27 de novembro de 2006, que "concede subvenção à Associação de Pais e Mestres da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, aponta recurso e dá outras providências";
275.	Lei nº 1.501, de 30 de novembro de 2006, que "concede subvenção à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, aponta recurso e dá outras providências";
276.	Lei nº 1.504, de 8 de dezembro de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação das Entidades Recreativas, Culturais e Carnavalescas de Novo Hamburgo, e dá outras providências";
277.	Lei nº 1.506, de 12 de dezembro de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenções sociais às entidades que menciona e dá outras providências";
278.	Lei nº 1.509, de 15 de dezembro de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Sociedade de Amigos da Fundação Scheffel, e dá outras providências";
279.	Lei nº 1.511, de 15 de dezembro de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação dos Profissionais das Artes e Técnicas Afins - APRATA e dá outras providências";
280.	Lei nº 1.534, de 27 de dezembro de 2006, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação dos Artistas Produtotes de Artes e Afins - AARPA e dá outras providências";
281.	Lei nº 1.535, de 28 de dezembro de 2006, que "altera artigos 1º e 7º da Lei Municipal nº 1.365/2006, de 21 de fevereiro de 2006, que concede subvenção a associações que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
282.	Lei nº 1.541, de 14 de fevereiro de 2007, que "concede auxílio financeiro à Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha, autoriza receber bem móvel em doação, aponta recursos, e dá outras providências";
283.	Lei nº 1.548, de 5 de março de 2007, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação Tradicionalista Novo Hamburgo e dá outras providências";
284.	Lei nº 1.562, de 28 de março de 2007, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação de Danças Gaúchas do Grupo Folclórico Novo Hamburgo - ADAGA e dá outras providências";
285.	Lei nº 1.563, de 28 de março de 2007, que "concede subvenção a entidades que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
286.	Lei nº 1.564, de 28 de março de 2007, que "concede subvenção à Associação dos Moradores do Bairro Lomba Grande - AMOLOMBA, aponta recurso e dá outras providências";
287.	Lei nº 1.565, de 28 de março de 2007, que "concede subvenção à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Novo Hamburgo - APAE, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

288.	Lei nº 1.566, de 28 de março de 2007, que "concede subvenção a entidades que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
289.	Lei nº 1.569, de 9 de abril de 2007, que "concede subvenção à Associação Gaúcha dos Oficiais de Basketball, aponta recurso e dá outras providências";
290.	Lei nº 1.571, de 12 de abril de 2007, que "concede subvenção à Associação de Pais e Mestres da Fundação Escola de 1º e 2º Graus Pio XII - APAMEPIO, aponta recurso e dá outras providências";
291.	Lei nº 1.572, de 12 de abril de 2007, que "concede subvenção à Associação On Line de Esportes, aponta recurso e dá outras providências";
292.	Lei nº 1.576, de 25 de abril de 2007, que "concede subvenção à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, aponta recurso e dá outras providências";
293.	Lei nº 1.577, de 25 de abril de 2007, que "concede subvenção à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, aponta recurso e dá outras providências";
294.	Lei nº 1.578, de 25 de abril de 2007, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial e dá outras providências";
295.	Lei nº 1.587, de 18 de maio de 2007, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID, e dá outras providências";
296.	Lei nº 1.592, de 29 de maio de 2007, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, até o limite que menciona, e dá outras providências";
297.	Lei nº 1.594, de 31 de maio de 2007, que "concede subvenção à Sociedade Ginástica de Hamburgo Velho, aponta recurso e dá outras providências";
298.	Lei nº 1.595, de 1º de junho de 2007, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, autoriza a abertura de crédito adicional especial até o limite que menciona e dá outras providências";
299.	Lei nº 1.598, de 4 de junho de 2007, que "concede subvenção social à Associação de Pais e Mestres da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, aponta recurso e dá outras providências";
300.	Lei nº 1.599, de 4 de junho de 2007, que "concede subvenção social à Associação Congregação de Santa Catarina, aponta recurso e dá outras providências";
301.	Lei nº 1.602, de 15 de junho de 2007, que "concede subvenção à União Jovem do Rincão - UJR, aponta recurso e dá outras providências";
302.	Lei nº 1.612, de 13 de julho de 2007, que "concede subvenção ao Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos - IBTEC, Aponta recurso e dá outras providências";
303.	Lei nº 1.613, de 13 de julho de 2007, que "altera redação do § 1º do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.599/2007, de 4 de junho de 2007, que concede subvenção social à Associação Congregação de Santa Catarina, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

304.	Lei nº 1.619, de 19 de julho de 2007, que "concede subvenção à Associação Evangélica de Ação Social em Novo Hamburgo - AEVAS, aponta recurso e dá outras providências";
305.	Lei nº 1.637, de 10 de agosto de 2007, que "concede subvenção social à Associação Pajova de Judô, aponta recurso e dá outras providências";
306.	Lei nº 1.647, de 28 de agosto de 2007, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID, e dá outras providências";
307.	Lei nº 1.652, de 31 de agosto de 2007, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Associação Tradicionalista de Novo Hamburgo, e dá outras providências";
308.	Lei nº 1.664, de 2 de outubro de 2007, que "concede subvenção à Comunidade Terapêutica Fazenda Renascer, aponta recurso e dá outras providências";
309.	Lei nº 1.665, de 5 de outubro de 2007, que "concede subvenção à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Marina Penz Garbarino, aponta recurso e dá outras providências";
310.	Lei nº 1.666, de 5 de outubro de 2007, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder subvenção à Sociedade de Amigos da Fundação Scheffel e dá outras providências";
311.	Lei nº 1.680, de 19 de outubro de 2007, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, a abertura de crédito adicional especial até o limite que menciona e dá outras providências";
312.	Lei nº 1.725, de 14 de dezembro de 2007, que "concede subvenção social à Associação Hamburguense de Futebol Amador - AHFA, aponta recurso e dá outras providências";
313.	Lei nº 1.726, de 14 de dezembro de 2007, que "concede subvenção social à entidade que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
314.	Lei nº 1.729, de 17 de dezembro de 2007, que "concede subvenção social à Associação das Entidades Recreativas, Culturais e Carnavalescas de Novo Hamburgo, aponta recurso e dá outras providências";
315.	Lei nº 1.736, de 17 de dezembro de 2007, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, até o limite que menciona, e dá outras providências";
316.	Lei nº 1.744, de 26 de dezembro de 2007, que "concede subvenção social à ADAGA - Associação de Danças Gaúchas do Grupo Folclórico Novo Hamburgo, aponta recurso e dá outras providências";
317.	Lei nº 1.745, de 26 de dezembro de 2007, que "concede subvenção à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Novo Hamburgo - APAE, aponta recurso e dá outras providências";
318.	Lei nº 1.746, de 26 de dezembro de 2007, que "concede subvenção à Associação dos Moradores do Bairro Lomba Grande, aponta recurso e dá outras providências";
319.	Lei nº 1.747, de 26 de dezembro de 2007, que "concede subvenções sociais às entidades específicas, e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

320.	Lei nº 1.748, de 26 de dezembro de 2007, que "concede subvenção a entidades que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
321.	Lei nº 1.749, de 26 de dezembro de 2007, que "concede subvenção a entidades que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
322.	Lei nº 1.751, de 26 de dezembro de 2007, que "concede subvenção social à UJR - União Jovem do Rincão e Associação Pajova de Judô, aponta recurso e dá outras providências";
323.	Lei nº 1.752, de 26 de dezembro de 2007, que "concede subvenção social à IENH - Instituição Evangélica de Novo Hamburgo, aponta recurso e dá outras providências";
324.	Lei nº 1.756, de 28 de dezembro de 2007, que "concede contribuição financeira à Associação de Pais e Mestres da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, aponta recurso e dá outras providências";
325.	Lei nº 1.772, de 4 de março de 2008, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial e dá outras providências";
326.	Lei nº 1.781, de 11 de março de 2008, que "concede subvenção social à Mitra da Diocese de Novo Hamburgo - PACTO - Pastoral de Auxílio Comunitário ao Toxicômano, aponta recurso e dá outras providências";
327.	Lei nº 1.809, de 18 de abril de 2008, que "concede subvenção a Associação dos Amigos do Bairro Ideal, apontarecurso e dá outras providências";
328.	Lei nº 1.820, de 9 de maio de 2008, que "introduz alterações e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 1.781/2008, de 11/03/2008 que concede subvenção social à Mitra da Diocese de Novo Hamburgo - PACTO - Pastoral de Auxílio Comunitário ao Toxicômano, e dá outras providências";
329.	Lei nº 1.825, de 9 de maio de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, de 15 de dezembro de 2006, e dá outras providências";
330.	Lei nº 1.827, de 9 de maio de 2008, que "concede subvenção social à Associação Congregação de Santa Catarina, aponta recurso e dá outras providências";
331.	Lei nº 1.848, de 13 de junho de 2008, que "concede subvenção social à Associação de Pais e Mestres da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, aponta recurso e dá outras providências";
332.	Lei nº 1.853, de 23 de junho de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da LEI Municipal nº 1.512/2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID, e dá outras providências";
333.	Lei nº 1.860, de 9 de julho de 2008, que "concede subvenção social à Sociedade Ginástica de Hamburgo Velho, aponta recursos e dá outras providências";
334.	Lei nº 1.864, de 17 de julho de 2008, que "concede subvenção social ao SESC - Administração Regional no Estado do Rio Grande do Sul, aponta recurso e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

335.	Lei nº 1.865, de 18 de julho de 2008, que "concede subvenção social à Sport Club Americano, aponta recurso e dá outras providências";
336.	Lei nº 1.871, de 15 de agosto de 2008, que "concede subvenção social à Associação On Line de Esportes, aponta recursos e dá outras providências";
337.	Lei nº 1.889, de 6 de outubro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID, e dá outras providências";
338.	Lei nº 1.890, de 6 de outubro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID, e dá outras providências";
339.	Lei nº 1.891, de 6 de outubro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID, e dá outras providências";
340.	Lei nº 1.892, de 6 de outubro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID, e dá outras providências";
341.	Lei nº 1.893, de 6 de outubro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID, e dá outras providências";
342.	Lei nº 1.894, de 6 de outubro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID, e dá outras providências";
343.	Lei nº 1.901, de 13 de outubro de 2008, que "concede subvenção de natureza assistencial, até o limite que menciona, e dá outras providências";
344.	Lei nº 1.906, de 24 de outubro de 2008, que "concede subvenção de natureza assistencial, até o limite que menciona, e dá outras providências";
345.	Lei nº 1.910, de 26 de novembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID e dá outras providências";
346.	Lei nº 1.911, de 26 de novembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

347.	Lei nº 1.919, de 10 de dezembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID e dá outras providências";
348.	Lei nº 1.923, de 16 de dezembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID e dá outras providências";
349.	Lei nº 1.927, de 17 de dezembro de 2008, que "concede subvenção de natureza assistencial, até o limite que menciona, e dá outras providências";
350.	Lei nº 1.928, de 17 de dezembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial e dá outras providências";
351.	Lei nº 1.929, de 19 de dezembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID e dá outras providências";
352.	Lei nº 1.932, de 19 de dezembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial e dá outras providências";
353.	Lei nº 1.941, de 24 de dezembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1.512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID, e dá outras providências";
354.	Lei nº 1.942, de 24 de dezembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID e dá outras providências";
355.	Lei nº 1.943, de 24 de dezembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID e dá outras providências";
356.	Lei nº 1.944, de 24 de dezembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID e dá outras providências";
357.	Lei nº 1.945, de 24 de dezembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID e dá outras providências";
358.	Lei nº 1.946, de 24 de dezembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenção econômica na forma da Lei Municipal nº 1512/2006, de 15 de dezembro de 2006, que institui o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Novo Hamburgo - PID e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

359.	Lei nº 1.947, de 24 de dezembro de 2008, que "concede subvenções sociais às entidades que especifica, até o limite que menciona e dá outras providências";
360.	Lei nº 1.948, de 24 de dezembro de 2008, que "autoriza a concessão de subvenções sociais de natureza assistencial e dá outras providências";
361.	Lei nº 1.964, de 27 de fevereiro de 2009, que "concede subvenção à Associação das Entidades Recreativas, Culturais e Carnavalescas de Novo Hamburgo, aponta recurso e dá outras providências";
362.	Lei nº 1.970, de 9 de abril de 2009, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, e dá outras providências";
363.	Lei nº 1.971, de 9 de abril de 2009, que "autoriza ao Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro à Cooperativa Agrícola Mista Lomba Grande, visando o estabelecimento de bases de cooperação mútua para fomentar e ampliar o desenvolvimento do setor agrícola do Município, através da operacionalização e o uso de tratores, com os respectivos implementos, e dá outras providências";
364.	Lei nº 1.991, de 24 de junho de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção de natureza assistencial, e dá outras providências";
365.	Lei nº 1.994, de 8 de julho de 2009, que "altera dispositivos da Lei Municipal nº 1928/2008, de 17/12/2008, que autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, suplementa dotação orçamentária e dá outras providências";
366.	Lei nº 2.011, de 23 de setembro de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção financeira ao Centro Universitário Feevale, e dá outras providências";
367.	Lei nº 2.038, de 18 de novembro de 2009, que "altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.928/2008, de 17/12/2008, que autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, alterada pela Lei Municipal nº 1994/2009 de 08/07/2009, suplementa dotação orçamentária e dá outras providências";
368.	Lei nº 2.041, de 24 de novembro de 2009, que "concede subvenção econômica à Escola de Educação Profissional SENAI Ildefonso Simões Lopes, aponta recursos e dá outras providências";
369.	Lei nº 2.049, de 15 de dezembro de 2009, que "concede auxílio financeiro ao Conselho Pró Segurança Pública de Novo Hamburgo - CONSEPRO, autoriza a abertura de crédito adicional especial à Secretaria de Segurança e Mobilidade Urbana - SESMUR, até o limite que menciona e dá outras providências";
370.	Lei nº 2.067, de 17 de dezembro de 2009, que "autoriza a COMUSA - Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo conceder auxílio financeiro ao COMITESINOS - Comitê lide Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos, e dá outras providências";
371.	Lei nº 2.068, de 17 de dezembro de 2009, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza educacional, e dá outras providências";
372.	Lei nº 2.071, de 18 de dezembro de 2009, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

373.	Lei nº 2.078, de 21 de dezembro de 2009, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza cultural, e dá outras providências";
374.	Lei nº 2.086, de 24 de dezembro de 2009, que "autoriza o Município de Novo Hamburgo destinar auxílio financeiro à Associação de Desenvolvimento Tecnológico do Vale - VALETEC, e dá outras providências";
375.	Lei nº 2.087, de 24 de dezembro de 2009, que "concede auxílio financeiro a entidades que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
376.	Lei nº 2.088, de 24 de dezembro de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção econômica, e dá outras providências";
377.	Lei nº 2.089, de 24 de dezembro de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção no âmbito da educação, e dá outras providências";
378.	Lei nº 2.090, de 24 de dezembro de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção de natureza assistencial, e dá outras providências";
379.	Lei nº 2.091, de 24 de dezembro de 2009, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro, em fomento das artes cênicas locais, e dá outras providências";
380.	Lei nº 2.092, de 24 de dezembro de 2009, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro, em fomento aos eventos turísticos, e dá outras providências";
381.	Lei nº 2.093, de 24 de dezembro de 2009, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, e dá outras providências";
382.	Lei nº 2.094, de 24 de dezembro de 2009, que "concede auxílio financeiro a entidade que menciona - ABEFI, e dá outras providências";
383.	Lei nº 2.118, de 23 de março de 2010, que "concede auxílio financeiro a entidade que menciona, e dá outras providências";
384.	Lei nº 2.135, de 29 de abril de 2010, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro para participação de empresas locais em feiras e eventos do setor coureiro-calçadista, e dá outras providências";
385.	Lei nº 2.153, de 18 de junho de 2010, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro a entidade que menciona, e dá outras providências";
386.	Lei nº 2.154, de 18 de junho de 2010, que "concede auxílio financeiro a entidade que menciona, e dá outras providências";
387.	Lei nº 2.156, de 29 de junho de 2010, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro a entidades desportivas e assistenciais, e dá outras providências";
388.	Lei nº 2.167, de 11 de agosto de 2010, que "autoriza a concessão de auxílios financeiro de natureza assistencial, cultural, desportiva e educacional, e dá outras providências";
389.	Lei nº 2.176, de 8 de setembro de 2010, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro para participação de empresas locais em evento do setor coureiro-calçadista, e dá outras providências";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

390.	Lei nº 2.178, de 15 de setembro de 2010, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro à entidade desportiva, e dá outras providências";
391.	Lei nº 2.181, de 29 de setembro de 2010, que "concede auxílio financeiro às entidades que menciona, aponta recurso e dá outras providências";
392.	Lei nº 2.183, de 29 de setembro de 2010, que "concede auxílio financeiro à entidade que menciona, e dá outras providências";
393.	Lei nº 2.190, de 26 de outubro de 2010, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro a Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR, mantenedora da Universidade FEEVALE, e dá outras providências";
394.	Lei nº 2.191, de 26 de outubro de 2010, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro para participação de empresas locais em evento do setor coureiro-calçadista, e dá outras providências";
395.	Lei nº 2.194, de 29 de outubro de 2010, que "altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.071/2009, de 18/12/2009, que autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, e dá outras providências";
396.	Lei nº 2.201, de 22 de novembro de 2010, que "concede auxílio financeiro a entidade que menciona, e dá outras providências";
397.	Lei nº 2.203, de 22 de novembro de 2010, que "concede auxílio financeiro à Escola de Educação Profissional SENAI Ildefonso Simões Lopes, aponta recursos e dá providências";
398.	Lei nº 2.205, de 23 de novembro de 2010, que "concede auxílio financeiro a entidade que menciona, e dá outras providências";
399.	Lei nº 2.218, de 16 de dezembro de 2010, que "concede auxílio financeiro à Associação das Entidades Recreativas, Culturais e Carnavalescas de Novo Hamburgo, aponta recursos e dá outras providências";
400.	Lei nº 2.233, de 29 de dezembro de 2010, que "autoriza a concessão de auxílios financeiros e subvenções de natureza educacional e desportiva, e dá outras providências";
401.	Lei nº 2.245, de 29 de dezembro de 2010, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza cultural, e dá outras providências";
402.	Lei nº 2.248, de 29 de dezembro de 2010, que "concede auxílio financeiro a entidade que menciona, e dá outras providências";
403.	Lei nº 2.249, de 29 de dezembro de 2010, que "concede auxílio financeiro a entidade que menciona, e dá outras providências";
404.	Lei nº 2.265, de 12 de março de 2011, que "concede auxílio financeiro à Associação dos Amigos Carreiros de Lomba Grande, aponta recursos, e dá outras providências";
405.	Lei nº 2.271, de 6 de abril de 2011, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro para participação de empresas locais na francal - 43ª Feira Internacional da Moda em Calçados e Acessórios";



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

406.	Lei nº 2.273, de 18 de abril de 2011, que "promove alteração de valores na concessão de auxílios financeiros e subvenções de natureza educacional e desportiva";
407.	Lei nº 2.290, de 28 de junho de 2011, que "concede auxílio financeiro à Associação das Entidades Recreativas, Culturais e Carnavalescas de Novo Hamburgo, aponta recursos, e dá outras providências";
408.	Lei nº 2.292, de 28 de junho de 2011, que "autoriza a concessão de auxílios financeiros e subvenções de natureza cultural, educacional e de inserção social, e dá outras providências";
409.	Lei nº 2.296, de 13 de julho de 2011, que "autoriza a concessão de auxílios financeiros e subvenções de natureza educacional, cultural e desportiva, e dá outras providências";
410.	Lei nº 2.301, de 27 de julho de 2011, que "autoriza a concessão de subvenção econômica, e dá outras providências";
411.	Lei nº 2.304, de 3 de agosto de 2011, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro para participação de empresas locais em evento do setor coureiro-calçadista, e dá outras providências";
412.	Lei nº 2.397, de 27 de dezembro de 2011, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza cultural, desportiva e de educação, e dá outras providências";
413.	Lei nº 2.402, de 9 de fevereiro de 2012, que "altera valores na concessão de auxílios financeiros e subvenções de natureza educacional e desportiva, prevista na Lei Municipal nº 2.397/2011 de 22 de dezembro de 2011";
414.	Lei nº 2.404, de 19 de março de 2012, que "autoriza a concessão de subvenção econômica, e dá outras providências";
415.	Lei nº 2.406, de 22 de março de 2012, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro para participação de empresas locais em evento do setor coureiro-calçadista, e dá outras providências";
416.	Lei nº 2.428, de 31 de maio de 2012, que "altera a Lei Municipal nº 2.397/2011, que autoriza a concessão de subvenções de natureza cultural, desportiva e de educação, e dá outras providências";
417.	Lei nº 2.442, de 10 de julho de 2012, que "autoriza a concessão de auxílio financeiro às entidades que menciona, e dá outras providências";
418.	Lei nº 2.476, de 31 de outubro de 2012, que "concede auxílio financeiro a entidades que menciona, aponta recurso e dá outras providência";
419.	Lei nº 2.498, de 28 de novembro de 2012, que "altera a Lei Municipal nº 2.397/2011, que autoriza a concessão de subvenções de natureza cultural, desportiva e de educação, e dá outras providência";
420.	Lei nº 2.499, 28 de novembro de 2012, que "autoriza a concessão de subvenção de natureza cultural e dá outras providências";
421.	Lei nº 2.502, de 14 de dezembro de 2012, que "autoriza o repasse de recursos provenientes do FUNDEMA - Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente e dá outras providências";

Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, nº 4201, Bairro Canudos – 93410-340

Novo Hamburgo/RS - Telefone (51) 3594.9999

www.novohamburgo.rs.gov.br

"Contribua com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente" "Doe Sangue, Doe Órgãos, Doe Medula Óssea, SALVE UMA VIDA"



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

422.	Lei nº 2.512, de 21 de dezembro de 2012, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza desportiva e de educação e dá outras providências";
423.	Lei nº 2.513, 21 de dezembro de 2012, que "autoriza a concessão de subvenções de natureza cultural e dá outras providências".